



João Pedro do Nascimento Carrasquinho

Ciberstalking:

Prevalência e estratégias de coping em estudantes universitários

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2015



João Pedro do Nascimento Carrasquinho

Assinatura: _____

Ciberstalking:

Prevalência e estratégias de coping em estudantes universitários

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Psicologia Jurídica, sob orientação da Prof.^a Doutora Ana Sani e da Prof.^a Doutora Cristina Soeiro (Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz).

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2015

Agradecimentos

Este momento marca o fim de uma etapa e o início de um sonho. Agradeço primeiramente às dificuldades e obstáculos que me foram colocados até aqui, que não me fizeram desejar que tudo fosse mais fácil, mas sim que eu fosse melhor, que não olhasse ao quanto iria custar alcançar o sonho e conseguir agarrar a oportunidade.

Agradeço às minhas orientadoras de tese, Professora Doutora Ana Isabel Sani e Professora Doutora Cristina Soeiro, pela paciência, esforço e maratonas, mas sobretudo pela confiança, pelos ensinamentos e por me permitirem agarrar este sonho.

Aos vários colegas de trabalho da Rádio Popular, Projeto SHARE e da APAV, que me permitiram ganhar competências e vasta experiência no mundo profissional.

A todos os colegas, amigos e afilhados que fiz no Egas Moniz, à Anisa, à Ana, às Patrícias, ao Hugo, à Rita Jorge e à Rita Silva pelos desabaços, força, conselhos e apoio que me deram ao longo de todos estes anos e sobretudo neste último ano.

Ainda aos meus amigos, a todos os que se cruzaram comigo, sobretudo à Marta Anastácio, Rita Campos, Pedro Rosa, Pedro Meias, Diogo Afonso, Diogo Martins, João Brás, Pedro Matos e Flávio David, pela infinita amizade.

À Inês Branco, agradeço a cumplicidade, o apoio e paciência intermináveis para me aturar e ouvir, pela força sempre que precisei, por me fazer acreditar nas minhas capacidades quando mais duvidei.

Aos mais importantes, a minha família, mãe, irmãs e sobrinhos, por me ajudarem todos os dias e estarem a meu lado em todos os momentos. A família é tudo e são a prova que devemos dar valor à nossa família.

Por fim, agradeço aos que mais falta me fazem, o meu irmão e o meu pai. Não estão cá para festejar comigo, mas sei vos faço feliz. Irmão, pediste-me que cumprisse e cá estou eu. Irei continuar a lutar por me tornar melhor e alcançar os meus objetivos. A ti pai, obrigado por fazeres de mim aquilo que eu sou hoje, por todos os esforços que fizeste para que este dia fosse possível. Sei que estarás eternamente comigo, a dar-me a força e motivação que preciso.

Resumo

A presente investigação explora um recente fenómeno de vitimação, o cyberstalking. Este estudo pretende constituir argumento para que o stalking seja criminalizado em Portugal, mas também permitir conhecer a sua prevalência, dinâmica do cyberstalking e as estratégias de coping usadas pelas vítimas, com o objetivo de adquirir conhecimentos que visem uma intervenção adequada com as vítimas de cyberstalking. Os dados foram recolhidos junto de 671 estudantes universitários de várias instituições de ensino superior e de todos os distritos de Portugal, através de um questionário *online* divulgado por *e-mail* e através das redes sociais. A investigação é composta por um questionário sociodemográfico, pela Escala de Avaliação de Cyberstalking (E.A.C.: Spitzberg & Cupach, 1999; traduzido e validado por Carvalho & Matos, 2010) e pela Escala de Coping no Stalking (E.C.S.: Spitzberg, 2011; traduzido e validado por Carrasquinho, Sani & Soeiro, 2014). Da análise estatística efetuada é possível concluir que a taxa de prevalência de cyberstalking é de 69.1%, quando 36.3% autorrelatou a vitimação. Os comportamentos de cyberstalking mais frequentes são de hiperintimidade. As estratégias de coping mais usadas pelas vítimas de cyberstalking são estratégias que envolvem evitar o contacto ou negar e minimizar os comportamentos do *stalker*. Foram apuradas diferenças estatisticamente significativas que indicam maior vitimação nas mulheres, nos residentes em regiões insulares, indivíduos divorciados, nos que mantém relações ocasionais e alunos de doutoramento.

Este estudo permite conhecer a dinâmica desta forma de violência, o que constitui argumento à criminalização do stalking em Portugal. Permite ainda uma intervenção mais adequada com as vítimas de cyberstalking ao focar o uso de respostas assertivas e eficazes.

Palavras-chave: Cyberstalking; Prevalência; Estratégias de coping.

Abstract

This investigation explores a recent victimization phenomenon, cyberstalking. This study pretends to constitute an argument for stalking criminalization in Portugal, but also to get to know its prevalence, cyberstalking dynamics and the coping strategies used by the victims, with the objective of gathering knowledge towards an adequate intervention with cyberstalking victims. The data was collected from 671 college students from several universities and from all Portugal districts, using an online questionnaire released via email and social networks. The investigation is composed by a sociodemographical questionnaire, the *Cyber Obsessional Pursuit* (E.A.C.: Spitzberg & Cupach, 1999; translated and validated by Carvalho & Matos, 2010) and *Stalking Coping Measure* (E.C.S.: Spitzberg, 2011; translated and validated by Carrasquinho, Sani & Soeiro, 2014). From the statistical analysis performed it is possible to conclude that cyberstalking prevalence rate is 69.1%, when 36.3% self reported victimization. The most frequent cyberstalking behaviors are the hyperintimacy ones. The coping strategies most resorted by cyberstalking victims were the moving away and the moving inwards strategies. There were clear significant statistical differences that indicate most victimization in women, the ones living at islands, divorced people, persons who have occasional relationships and PhD students.

This study allows us to know more about the dynamic of this form of violence, which constitutes an argument for the stalking criminalization in Portugal. It also allows us to use an adequate intervention with cyberstalking victims towards the use of assertive and effective strategies.

Keywords: Cyberstalking; Prevalence; Coping strategies.

Índice

Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Índice de Tabelas	IX
Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	
<hr/>	
1.1. Conceptualização sobre <i>stalking</i>	5
1.1.1. Conceito de <i>stalking</i>	5
1.1.2. Impacto do <i>stalking</i> na vítima	12
1.2. Conceptualização sobre <i>ciberstalking</i>	20
1.2.1. Conceito de <i>ciberstalking</i>	20
1.2.2. Tipologias de <i>ciberstalker</i>	27
1.2.3. Características de vulnerabilidade ao <i>ciberstalking</i>	31
1.3. Prevalência de <i>ciberstalking</i> nos estudantes universitários	36
1.4. Conceptualização sobre <i>coping</i>	38
1.5. Estratégias de <i>coping</i> das vítimas de <i>ciberstalking</i>	41
2. Estudo empírico	
<hr/>	
2.1. Objetivos	50
2.2. Método	51
2.2.1. Participantes	51
2.2.2. Instrumentos	55
2.2.3. Procedimento	59
2.3. Apresentação dos Resultados	61
2.3.1. Análise descritiva de frequências por item	62
2.3.2. Prevalência de <i>ciberstalking</i> nos estudantes universitários	68
2.3.3. Estatística inferencial	70

2.3.4. Estratégias de <i>coping</i> das vítimas de <i>ciberstalking</i>	76
2.4. Discussão dos resultados	82
Conclusão	89
Referências	93

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra	54
Tabela 2. Tabela de resposta da Escala de Avaliação de Cyberstalking, por item e categoria, em frequência	64
Tabela 3. Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Avaliação de Cyberstalking	67
Tabela 4. Tabela de prevalência autorrelatada vs prevalência real de cyberstalking	69
Tabela 5. Diferenças significativas entre a subescala de hiperintimidade em função do sexo: Resultado do Teste-T.	70
Tabela 6. Diferenças significativas entre as subescalas de transferência para a vida real e de sabotagem em função da região: Resultado do teste Kruskal-Wallis	71
Tabela 7. Diferenças significativas entre as subescalas do EAC em função do estado civil: Resultado do teste Kruskal-Wallis	72
Tabela 8. Diferenças significativas entre a subescala de transferência para a vida real em função do grau acadêmico: Resultado do teste Kruskal-Wallis	73
Tabela 9. Diferenças significativas entre as subescalas do EAC em função da situação amorosa: Resultado do teste Kruskal-Wallis	74
Tabela 10. Tabela de resposta da Escala de Coping no Stalking, por item e categoria, em frequência	77
Tabela 11. Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Coping no Stalking	80
Tabela 12. Correlação entre as subescalas da Escala de Avaliação de Cyberstalking e as subescalas da Escala de Coping no Stalking	81

Introdução

Os comportamentos de sedução e aproximação com intuito de estabelecimento de uma relação de maior proximidade, são comportamentos naturais, como é possível ver no caso dos animais, em que o macho tem o papel de cortejar a fêmea e procurar seduzi-la no sentido de conseguir procriar. A fêmea avalia o seu desempenho e decide se dará o seu consentimento. No caso dos humanos, em que não existe a atribuição de um papel a cada gênero, estes comportamentos têm o objetivo de estabelecer uma relação de intimidade, que será aceite ou recusada, pois nem sempre as intenções são recíprocas e podem ser repudiadas. Esta recusa pode também ocorrer em casos em que o sentimento já fora antes correspondido, deu lugar a uma relação íntima, o que faz com que esta relação termine (Spitzberg & Hoobler, 2002). É neste momento em que as pessoas que foram afastadas tomam uma decisão. Alguns aceitam tal decisão e conformam-se, mas nem todos o fazem. Estes últimos, os inconformados, podem persistir com a tentativa de estabelecer a relação, apoderados da mágoa causada pela rejeição, levando-os a procurar a relação, mas também a vingarem a rejeição (Ferreira & Matos, 2013; Lee, 1998; Matos, Grangeia, Ferreira, & Azevedo, 2011). Na procura pela intimidade, adotam comportamentos que vão perturbar a vida privada da vítima, tal como o envio de presentes, visitas surpresa em sua casa ou no local de trabalho e envio de cartas e mensagens. Aos olhos da sociedade, estes comportamentos obsessivos são vistos como romantismo e paixão, aceites como algo que faz parte de uma relação amorosa, mas que são indesejados por quem é alvo dos mesmos (Carvalho, 2010; Grangeia & Matos, 2011; Mullen, Pathé, & Purcell, 2001). Com o aumentar da

intensidade e frequência da situação podem ocorrer vigias, perseguições, ameaças ou até atos de vandalismo contra a vítima, comportamentos que lhe causam medo e ansiedade (Meloy, 1998, citado por Bocij, 2002; Burgess & Baker, 2002; Carvalho, 2010; Cupach & Spitzberg, 2004; Grangeia & Matos, 2010).

O agregar destes comportamentos traduzem-se no que chamamos de *Stalking*, um fenómeno de vitimação que começa a evidenciar relevância social, dadas as suas consequências para as vítimas e a sua relação com outras formas de violência e outros crimes, nomeadamente a violência doméstica (Ashcroft, 2001; Ferreira & Matos, 2013; Logan & Walker, 2009; Spitzberg & Cupach, 2007a). Quando falamos de stalking temos por base um assédio, praticado por alguém que pretende, de forma persistente e obsessiva, obter uma relação de intimidade com outra pessoa, relação que é indesejada para quem é alvo de tais condutas, que a leva a sentir-se com medo e ameaçada (Cupach & Spitzberg, 2014; Spitzberg & Hoobler, 2002).

O stalking começou por ser falado quando começaram a surgir notícias de celebridades públicas alvo de tais comportamentos, o que induziu a população na crença de que apenas as figuras públicas eram alvo desta forma de assédio. Mas, o que a sociedade primeiro pensava ser exclusivo das celebridades, apercebeu-se depois que também a população em geral era alvo de tais comportamentos e que estes podiam ocorrer em vários contextos, sobretudo quando existia por detrás a motivação de obter uma relação de intimidade, tanto pela primeira vez, como para tentar reatar uma relação que previamente terminou (Alexy, Burgess, Baker, & Smoyak, 2005; Carvalho, 2010; Sheridan, Blaauw, & Davies, 2003; Spitzberg, 2002; Spitzberg & Hoobler, 2002).

Para alcançar o que pretendem, os *stalkers* usam as ferramentas que estão ao seu dispor num dos típicos meios onde contactam com a vítima e as intimidam, através dos dispositivos eletrónicos. Com o evoluir da tecnologia, a população ganhou um fácil e regular acesso a dispositivos de telecomunicações, como os telemóveis, e está *online* através dos computadores e outros aparelhos. Estes instrumentos vieram melhorar a vida da população em geral ao dar-lhes alternativas práticas de comunicação à distância, utilizadas para diversas finalidades, como comunicar com familiares, amigos e colegas, bem como conhecer novas pessoas. Mas este meio também permite ao *stalker* intimidar o seu alvo à distância e são várias as alternativas para o fazer, desde enviar-lhe *e-mails*, criar contas em redes sociais que a vítima usa, como no *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram*, com o intuito de comunicar, intimidar e ameaçar, ou até roubar a sua identidade nas redes sociais, fazer-se passar pela vítima e difamá-la ou aceder a informações privadas desta. Este fenómeno chama-se *ciberstalking* (Carvalho, 2010; Hensler-McGinnis, 2008; Lyndon, Bonds-Raacke & Cratty, 2011).

Dado o crescente recurso às tecnologias e aparelhos eletrónicos, a ligação deste tipo de assédio ao assédio presencial e o impacto que tem nas suas vítimas, torna-se pertinente realizar investigações sobre este tema.

A presente investigação tem por objetivo inicial a realização de um enquadramento teórico, do *stalking* e a sua variante com recurso aos meios eletrónicos, o *ciberstalking*, bem como sobre o método de resposta a essas situações, o coping e as estratégias de coping. Segue-se a revisão empírica, investigação que contou com o contributo de 671 estudantes universitários, uma das populações que mais está presente

Cyberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes universitários

na Internet, com o propósito de determinar a prevalência do fenómeno em Portugal, as características da vítima, os comportamentos mais utilizados pelo *ciberstalker* e as estratégias de *coping* da vítima para lidar com a situação. Os resultados são obtidas com recurso à análise estatística como recurso para apurar as diferenças significativas existentes.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Conceptualização sobre *stalking*.

1.1.1. Conceito de *stalking*

Ao longo dos últimos anos tem havido uma preocupação crescente com este fenómeno de vitimação, conhecido como *stalking* (Alexy et al., 2005).

A APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) apresenta uma definição para esta forma de vitimação, ao descrevê-lo *stalking* ou assédio persistente como uma forma de violência em que uma pessoa impõe sobre outra de um modo persistente um conjunto de comportamentos de assédio que são indesejados e/ou intrusivos (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2013). Assim, se pressupõe uma dinâmica de relação entre duas pessoas, onde ambas comunicam entre si com motivações diferentes, com um dos elementos a adotar comportamentos de assédio, sem que isso seja desejado pela outra pessoa. Este primeiro elemento, conhecido como *stalker*, vai persistir nestes comportamentos contra o seu alvo, a vítima (Ferreira & Matos, 2013). Posto isto, vamos explorar o conceito desta forma de violência.

Cupach e Spitzberg (1998) alertaram a comunidade científica para a importância da definição do conceito de *stalking*. Isto porque o *stalking* é muitas vezes analisado apenas como uma relação onde o *stalker* pretende obter uma relação de intimidade. A maioria dos episódios de *stalking* enquadram-se nesta situação, mas nem todas as ocorrências de *stalking* têm como objetivo a relação de intimidade. As suas vítimas e agressores podem ser colocados em grupos de vasta heterogeneidade, dada também a variedade de motivação com que os atos de assédio podem ser

praticados (Grangeia & Matos, 2011; Sheridan et al., 2003). Esta forma de violência também pode ser cometida com motivação terrorista ou de destruição, onde existe uma base política por detrás do assédio e não a intenção de obter uma relação de intimidade (Spitzberg & Hoobler, 2002).

Uma vez que estas duas bases motivacionais para a prática do assédio não são isomórficas, Cupach e Spitzberg (1998) criaram o conceito de “*Obsessive Relational Intrusion*” (ORI) (Cupach & Spitzberg, 2000, 2004, 2011, 2014; Spitzberg, 2002, 2006; Spitzberg & Cupach, 2003, 2007a, 2007b; Spitzberg, Cupach, Hannawa, & Crowley, 2014; Spitzberg & Hoobler, 2002) indivíduo que procura assediar outra pessoa, de forma persistente e obsessiva, com a motivação de obter uma relação de intimidade com esta ou até retaliar contra esta por não ser correspondido, dado ao seu desejo não ser recíproco. Destacar este conceito é bastante pertinente, pois permite delinear os limites do que está a ser investigado quando falamos do stalking, a tentativa de obter uma relação de intimidade de forma persistente, obsessiva e indesejada por parte da vítima, sendo também esta a base teórica a adotar na presente investigação ao falar desta forma de violência e a base que iremos adotar daqui em diante ao longo da dissertação quando falarmos do termo stalking ou suas variantes.

Inicialmente, o stalking era visto como um fenómeno de vitimação exclusivo de pessoas famosas. Tais pessoas têm admiradores e esses admiradores seguiam todos os seus passos, quer na rua quer em casa, ao espiar, e tentavam desesperadamente ter a atenção da pessoa famosa, conversar com ela na rua ou através de correio e mensagens, bem como enviar presentes. Ao não serem correspondidos, devido à

maioria destes contactos serem indesejados pela pessoa famosa, alguns stalkers iriam tentar prejudicar a vítima, ao destruir os seus pertences, ao ameaçá-la (Cupach & Spitzberg, 2014; Sheridan, Blaauw, & Davies, 2003; Spitzberg, 2002). Alguns dos casos de famosos que foram vítimas de stalking tomaram contornos mais graves e outros crimes mais graves ocorreram, tal como a violação ou homicídio, tal como o homicídio de Rebecca Shaeffer em 1989 (Grangeia & Matos, 2011). Mas também alguns casos de famosos que foram vítimas de stalking levaram a condenações efetivas, tal como o caso da cantora Madonna em que o stalker cumpriu 10 anos de prisão pelas suas ameaças (Wykes, 2007).

É uma crença a de que o stalking é um comportamento praticado apenas contra pessoas famosas, por pessoas com vontade de obter proximidade ou até para violar ou matar e obter popularidade, uma vez que tal não corresponde à realidade (Spitzberg & Hoobler, 2002). O stalking também está presente na população em geral e várias são as investigações (e.g., Fox, Nobles & Fisher, 2014; Matos et al, 2011, Tjaden & Thoennes, 1998). No estudo de Matos e colaboradores (2011), com uma amostra de 1210 pessoas com mais de 16 anos, verificou-se que 19.5% dos participantes já foi vítima de stalking. O agressor também não é de todo desconhecido para as vítimas, pois no mesmo estudo, em 40.2% dos casos, o *stalker* era conhecido, amigo ou familiar e em 31.6% dos casos decorreu de uma relação de intimidade atual ou passada, o que indicia que a probabilidade de stalking é alta quando já se manteve um relacionamento íntimo com o *stalker* (Carvalho, 2010).

Na sociedade, existe a ideia de que o stalker é um indivíduo desconhecido,

algo que não corresponde à realidade pois, na maioria das situações, já existia uma relação entre ambos. Nessas situações, um dos elementos não deseja manter a relação e o outro irá, de forma persistente, tentar reatá-la, procurar a retribuição pelo sofrimento que teve ou, nos casos em que existe uma relação amorosa, procurar controlar a vítima. Tais características permite perceber a ligação do stalking à violência doméstica dado o caracter controlador do agressor neste tipo de casos (Carvalho, 2010; Cupach & Spitzberg, 2014; Wykes, 2007).

A noção de que o stalking estava presente entre a população geral partiu não só dos casos que tiveram um resultado mais drástico, mas também a partir dos primeiros estudos sobre a prevalência do fenómeno, os quais arrancaram no fim dos anos 90. Através do estudo realizado em 1998 pela British Home Office (Budd et al., 2000), com 14947 adultos em Inglaterra, dos quais 11.8% dos adultos foram vítimas de stalking, sendo que 16.1% das mulheres e 6.8% dos homens foram alvo de tais comportamentos. Também é pertinente ver os comportamentos de assédio a que foram sujeitos. Cerca de 49% das vítimas foram forçadas a falar com o *stalker*, 45% recebeu chamadas silenciosas, 39% foram seguidos e 34% foram tocados ou agarrados pelo *stalker*. Segue-se a investigação de Tjaden e Thonnes (1998) à população norte-americana, onde entrevistaram cerca de 16000 pessoas. Nesta amostra, apuraram que 8% das mulheres e 2% dos homens eram vítimas de stalking, sendo a relação de intimidade a base para a vitimação destas mulheres. Outro dos estudos importantes foi o de Baum, Catalano, Rand e Rose (2009), no qual se aplicou a uma amostra de 246500200 pessoas com idade superior a 18 anos um questionário como

um suplemento a um outro sobre vitimação. O estudo realizado nos Estados Unidos teve como intuito de medir alguns dos comportamentos de stalking mais comuns: telefonemas indesejados, *e-mails* não desejados, seguir ou espiar a vítima, aparecer em locais sem uma razão válida, esperar pela vítima e dar-lhe presentes indesejados. Através dos resultados, foi possível fazer uma estimativa de que 3.4 milhões de pessoas nos Estados Unidos da América foram vítimas de stalking, 46% a serem alvo de um contacto indesejado por semana e 11% delas durante 5 ou mais anos.

Também o contexto onde ocorre e o modo como ocorre tem uma ampla variedade. Segundo Cupach e Spitzberg (2014) o assédio usualmente persiste durante anos e é feito através de diversos contextos, locais e formas de comunicação. O contacto pode ser feito pessoalmente, como por carta ou até através de métodos eletrónicos, com a frequência dos contactos a ser superior nesta dinâmica relacional do que numa simples relação amorosa, algo que se deve à relação de proximidade entre ambos os elementos, apesar da situação disjuntiva.

Atualmente o stalking não é enquadrado como crime na lei portuguesa. Ainda assim, a lei permite punir alguns desses comportamentos dos *stalkers* (Carvalho, 2010; Matos et al., 2010). A título de exemplo constituem crime no Código Penal Português alguns comportamentos como: as ofensas à integridade física simples (Artigo 143º) e grave (Artigo 144º), as ameaças (Artigo 153º), coação (Artigo 154º), violação de domicílio ou perturbação da vida privada (Artigo 190º), devassa da vida privada (Artigo 192º) e gravações e fotografias ilícitas (Artigo 199º). Todavia, há condutas dos *stalkers* podem não encontrar qualquer enquadramento com o atual Código Penal

Português, tais como as perseguições, o envio de mensagens e cartas, o assédio e as constantes chamadas, entre outros comportamentos não puníveis mas que intimidam as vítimas destes atos. Ainda assim, é possível enquadrar esses atos no crime de violência doméstica (Artigo 152º) no caso de existir ou ter existido uma relação conjugal entre vítima e *stalker* (Carvalho, 2010; Luz, 2012).

Noutros países existe a criminalização do stalking. O primeiro passo terá tido origem nos Estados Unidos, na Califórnia, em 1990, onde surgiram as primeiras leis *antisstalking* (Ferreira & Matos, 2013; Grangeia & Matos, 2011; Luz, 2012; Spitzberg, 2002; Spitzberg & Cupach, 2007b). Na lei inglesa o stalking passou a ser punido como crime a partir de 1997, com a lei a punir os comportamentos que visam perseguir, ameaçar e intimidar outrem, quer com intenção de o fazer, quer em situações em que seja perceptível que tais comportamentos irão intimidar a vítima, sendo praticados pelo menos duas vezes (Carvalho, 2010; Wykes, 2007). A frequência também é indicada nas leis *antisstalking* americanas, devido a ser um assédio persistente que pode durar meses ou anos (Sheridan, Blaauw, & Davies, 2003). Atualmente, para além do Reino Unido, existem outros países europeus onde o stalking é criminalizado, sendo eles a Dinamarca, Bélgica, Irlanda, Holanda, Malta, Áustria, Alemanha e Itália (Cupach & Spitzberg, 2014; Luz, 2012).

A tipificação do crime de stalking não é consistente nos vários países que o criminalizam, contudo centram-se na conduta adotada pelo *stalker*, pelos comportamentos persistentes e intencionais, e o impacto causado na vítima, por tais condutas não serem desejadas e o efeito que a exposição tem na vítima (Carvalho,

2010; Spitzberg & Cupach, 2007a).

Por si, o termo *stalking* não é fácil de definir, o que leva também a problemas de articulação entre os vários investigadores, forças policiais e de justiça e até mesmo na população em geral, dado terem uma noção que não é precisa (Carvalho, 2010; Sheridan, Blaauw, & Davies, 2003). Os investigadores que tentam investigar o fenómeno não conseguem articular com outros e utilizar os resultados de outros, devido ao fenómeno ter sido examinado com bases e pressupostos diferentes ou até por não terem noção de como investigar este fenómeno de vitimação, algo que retardou a produção científica (Sheridan, Blaauw, & Davies, 2003).

Por outro lado, ao não haver coordenação na justiça, os *stalkers* seguem impunes com os seus comportamentos. O problema inicialmente seria o não ter a completa noção da conduta do *stalker*, nem do impacto que esses comportamentos têm na vítima. Após essa sensibilização, o problema na justiça passou a ser a delimitação das condutas do *stalker*, sem que este seja demasiado restritiva ou demasiado abrangente dos comportamentos de assédio, de forma a respeitar os direitos do *stalker* e também respeitar a forma em si de definir o *stalking*, pelo assédio persistente e indesejado, que não se circunscreve a um ato isolado (Luz, 2012).

A população em geral também acabou por pagar, porque ao não ter esta mesma noção do que é *stalking* e do seu impacto. É tendencial que, para avaliar as consequências de um ato, se avalie esse ato como um ato isolado, algo que, no caso dos episódios de assédio e perseguição poderiam ser vistos como inofensivos, sendo necessário que se considerem todos os atos praticados pelo *stalker* ao longo do tempo.

Ao não adotarem a perspectiva correta sobre o fenómeno, por um lado, praticam atos sem terem noção das consequências dos mesmos, precisamente por avaliarem os atos isoladamente e não o conjunto, o que permite o continuar dessas condutas. Por outro lado, não se protegem de forma adequada e assim permitem que o assédio progrida para algo mais frequente e severo, com consequências reais, como as ofensas à integridade física ou o homicídio (Carvalho, 2010; Luz, 2012).

Luz (2012) realizou uma investigação sobre a tipificação do crime de stalking no Código Penal Português. Tendo por base a sua revisão teórica, a Constituição e os princípios do Direito Penal português, realizou uma proposta de norma ao que seria o crime de stalking, possível de ser incluída no Código Penal: “Quem, de modo reiterado, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, perturbar a paz ou modo de vida de outrem ou, por qualquer outro meio, causar um estado persistente e grave de ansiedade ou medo, é punido com pena de prisão até 4 anos ou multa, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal” (Luz, 2012, p. 42). Esta definição de stalking reflete as consequências dos atos na vítima, sem definir de forma concreta as condutas adotadas pelo *stalker*, como o assédio e as perseguições, algo que levaria os vários elementos da justiça a fazer uma interpretação subjetiva da conduta do *stalker*.

1.1.2. Impacto do *stalking* na vítima.

É necessário identificar quais são os comportamentos do *stalker* e os efeitos nas vítimas, detalhes essenciais para a sensibilização para este fenómeno de vitimação.

Antes de mais há que lembrar que o stalking envolve a adoção de comportamentos que têm por base uma motivação, o cortejo do seu alvo, com o intuito de obter uma relação de proximidade, sobretudo uma relação de intimidade, ou de obter retaliação devido à rejeição. Esta relação, ao não ser mutuamente desejada, leva o *stalker* a persistir no assédio à vítima, por vários motivos, desde a incapacidade para lidar com a rejeição, a intenção de retribuir à vítima o dano que esta causou em si ao rejeitá-lo, ou motivado por crenças erradas que levam a uma má interpretação das reais intenções de rejeição da vítima, ao ver a rejeição como um indicador de que a vítima deseja a relação íntima. Assim, o *stalker* vai adotar uma conduta, marcada pela persistência, o que leva a não se resumir a um evento isolado. Por sua vez, esta persistência vai causar impacto na vítima e levá-la a experienciar várias reações, sobretudo a fazê-la sentir-se ameaçada e com medo (Ferreira & Matos, 2013; Spitzberg & Hoobler, 2002).

Quando se é alvo de stalking, a vida privada da vítima está em causa, a sua descrição e privacidade são constantemente ameaçados. À vítima não é permitido que usufrua de um dos direitos humanos, o direito à liberdade, que se encontra reduzida e limitada pelo medo que vive, causado pela persistência do *stalker* e pela incapacidade em por termo à situação (Spitzberg & Hoobler, 2002; Wykes, 2007).

O terceiro aspeto crucial a atender quando se fala de stalking são as evidências de ameaças e medo que estão presentes na dinâmica relacional entre ambos os elementos. Tais ameaças podem ocorrer em vários contextos, como no trabalho, entre amigos ou até nas redes sociais cibernéticas, o que significa que pode ocorrer não só

pessoalmente, mas também através das tecnologias da comunicação (Spitzberg & Hoobler, 2002).

Na grande maioria das situações, estas ameaças e medo são apenas do conhecimento da vítima e do agressor e isso não cessa mesmo que outras pessoas, familiares, amigos ou profissionais, tentem ajudar. Também estes podem ser alvo, direto ou indireto, das ameaças do *stalker*, como forma de continuar a propagar o assédio (Spitzberg & Hoobler, 2002).

Um dos tópicos a destacar quando falamos do impacto do stalking nas vítimas, é a importância que é atribuída a este tipo de violência e à pessoa que o pratica. Segundo Lee (1998), os estudantes universitários têm a percepção de que o stalking é mais grave quando praticado por pessoas desconhecidas em comparação a quando se sabe quem é o *stalker*. Este menosprezo dos comportamentos de assédio por parte de alguém conhecido é tido em conta por Alexy e colaboradores (2005) como algo grave, pois esta passividade em encarar o assédio leva a que só se tome alguma atitude em concreto quando este se torna grave, quando o stalking toma contornos como a destruição de objetos que são propriedade da vítima ou quando esta é alvo de violência física. Assim, a desvalorização que é dada mediante a existência de uma relação prévia com o *stalker* pode levar a que a violência tome contornos mais graves para a vítima, o que leva também a aumentar o impacto, sendo necessária sensibilização da população para o stalking (Lee, 1998).

De forma a complementar, o estudo de Spitzberg (2002), refere que 3 em cada 4 das vítimas conhece o *stalker* de alguma forma, algo consistente com o estudo de Baum

e colaboradores (2009). Em 30.3% dos casos, o *stalker* tinha uma relação conjugal com a vítima ou teve anteriormente uma relação conjugal e em 45.1% dos casos, o *stalker* era alguém conhecido, amigo, vizinho ou colega da vítima. Não obstante, no mesmo estudo, as pessoas que tinham maior hipótese de ser vítimas de stalking eram as pessoas que estavam divorciadas ou separadas, algo que indicia que o final de uma relação pode dar lugar a um cenário de stalking (Baum et al., 2009). Tal é justificado pela motivação que está por base dos casos de stalking, a procura de uma relação, que nesta situação outrora existiu.

Esta busca de intimidade pode ser realizada tanto por homens como por mulheres, com alvos do sexo oposto ou do mesmo sexo. A incidência para experienciar e denunciar o caso às autoridades é igual em ambos os sexos. Segundo o estudo de Baum e colaboradores (2009), com 246500200 participantes, 41% das mulheres e 37% dos homens fizeram a denúncia, ambos também com praticamente a mesma hipótese de serem alvo de perseguições. Todavia as mulheres têm maior probabilidade de experienciar comportamentos de stalking e a terem mais do dobro de hipóteses de serem alvo de tais comportamentos de assédio. Esta diferença entre géneros é ainda mais significativa na meta-análise feita por Spitzberg (2002), onde 75% das mulheres e 25% dos homens foram vítimas, tendência reforçada alguns anos depois por Spitzberg e Cupach (2007b) com as mulheres a terem uma maior hipótese de serem vítimas do que os homens se o stalking decorrer no contexto das relações íntimas. Este contexto relacional, por sua vez, eleva significativamente as hipóteses do stalking se vir a transformar em violência física ou até mesmo sexual contra a

vítima (Ferreira & Matos, 2013).

A sensibilidade para apreciar os atos de assédio é diferente em função de serem praticados por um homem ou por uma mulher, sendo o assédio praticado por homens o que tem o carácter mais intimidatório, o que pode levar a um maior número de denúncias (Luz, 2012). Se apreciarmos estas diferenças de género com um maior foco, o estudo de Purcell e colaboradores (2001) estudou as diferenças entre *stalkers* homens e mulheres. Os comportamentos de assédio têm as suas motivações, que no caso das mulheres tem o objetivo de obter uma relação de intimidade, enquanto nos homens a motivação é variada. Também Ménard e Pincus (2012) referem algo importante no que toca às diferenças de género. As mulheres *stalkers* tendem a ter mais alvos do mesmo sexo e a manifestarem o assédio de forma dissimulada, algo que fazem para não colocarem em causa a sua identidade. É de destacar que estes resultados também se replicam à faixa etária dos adolescentes (Purcell, Pathé, & Mullen, 2010).

Se os episódios de assédio decorrerem entre duas pessoas que têm uma relação de intimidade ou no pós-ruptura existe outro elemento crucial a atender de vulnerabilidade para as vítimas, a sua rotina e o conhecimento detalhado da mesma por parte do *stalker* (Logan & Walker, 2009). Neste contexto, os *stalkers* conhecem ao pormenor a rotina da vítima, bem como todas as preocupações e fragilidades da vítima, que podem ser aproveitadas para convencerem a vítima a permanecer na relação com recurso à manipulação, ou para a atacarem caso a intenção seja efetivamente afetar a vítima, algo que poderá acontecer se a intenção do *stalker* for

obter uma vingança (Ferreira & Matos, 2013).

De forma a compreender o real impacto que o stalking tem as suas vítimas, é necessário conhecer o tipo de violência a que estas vítimas estão expostas, determinar os efeitos e consequências que este fenómeno teve nas suas vidas e a forma como as vítimas lidaram com o caso. Nesse sentido, os estudos também tiveram um papel crucial para conhecer os efeitos deste fenómeno de vitimação. Para apurar detalhadamente o que ocorreu durante esta forma de violência, vamos voltar ao estudo realizado pela British Home Office (Budd et al., 2000), no qual foi possível apurar que cerca de 49% das vítimas foram forçadas a falar com o *stalker*, 45% recebeu chamadas silenciosas, 39% foram seguidos e 34% foram tocados ou agarrados pelo *stalker*.

No estudo de Baum e colaboradores (2009), perguntaram às vítimas de stalking qual o motivo que desencadeou a sua vitimação. As causas mais apontadas foram a retaliação (36.6%), o controlo (32.9%), a instabilidade emocional (23.4%), a atração (16.8%) e manter uma relação (16.2%), causas que são consistentes com a violência conjugal e com o facto de a maioria das vítimas deste estudo serem separadas ou divorciadas e manterem ou terem mantido uma relação conjugal com o *stalker*. O impacto levou-as a sentirem-se intimidadas e com medo. Ao explorar os medos que estas vítimas sentiram, o seu maior medo seria o de não saber o que viria a seguir (46.1%), ser alvo de ofensas físicas (30.4%), medo de que o comportamento nunca parasse (29.1%), magoar os filhos (12.9%) ou outros familiares (12.2%), perder a liberdade (10.3%) ou o trabalho (6.3%) e até mesmo a morte (8.9%). As emoções mais

experienciadas pelas vítimas em situações continuadas envolvem a frustração (69.6%), a ansiedade (46.7%), o medo (41.7%), o desespero (23.4%) e depressão (15.2%). Com o intuito de parar a progressão do assédio, as vítimas recorreram a algumas estratégias, como mudar as atividades do dia-a-dia (21.6%), ficar com a família (18.1%), tirar uma folga do trabalho ou escola (16.7%), evitar amigos e família (14.9%), desistir da escola ou trabalho (9.5%). Quanto a medidas protetivas, bloquearam o número de telemóvel (18.1%), mudaram o número de telemóvel (17.3%) ou contrataram um sistema de segurança (13.2%). Houve ainda 39.7% das vítimas que não recorreu a nenhuma estratégia. Em 30.3% dos casos as vítimas não pediram nenhum tipo de ajuda, e quando pediram, 42.6% pediu aos amigos e família, 19.9% com o advogado e 21.6% falou com o patrão, pois das vítimas, apenas 14.1% não perdeu nenhum dia de trabalho.

É importante distinguir o tipo de impacto que o stalking pode causar nas vítimas, com a violência a poder adotar um impacto emocional e impacto no estilo de vida da vítima. Sobre o impacto emocional, também o estudo de Budd e colaboradores (2000) apresenta alguns resultados. Neste estudo, 92% das vítimas sentiram-se incomodadas ou irritadas, com 70% dessas vítimas a considerarem-se bastante incomodadas. Também as mulheres experienciaram mais incómodo ou irritação (94%) do que os homens (86%). Também 74% das vítimas se sentiram-se angustiadas, 50% destas consideram que foram bastante angustiadas e as mulheres também experienciaram mais este sentimento (81%) do que os homens (57%). A isto complementa-se o que Sheridan, Blaauw e Davies (2003) afirmam como consequências emocionais da vitimação de stalking, não só medo e ansiedade, mas também depressão, frustração,

nervosismo, fadiga, perturbações relacionadas com a alimentação e até perturbação de stress pós-traumático (Carvalho, 2010).

Ser vítima de stalking também pode levar a que a vítima veja o seu estilo de vida afetado, com os comportamentos mais comuns serem o evitar determinados lugares ou pessoas, sair de casa menos vezes ou tomar medidas de segurança extra. Também no estudo de Budd e colaboradores (2000), 71% das vítimas reconhece que o seu estilo de vida foi alterado, em pelo menos um destes três sentidos, algo que corresponde a 76% das mulheres e 59% dos homens. Para estas vítimas, 59% delas viram-se a evitar determinados lugares ou pessoas, 42% a adotarem medidas de segurança adicionais e 35% a saírem menos de casa. O impacto estende-se também à vida profissional, onde 26% das vítimas referem ter tirado umas férias do trabalho devido à situação que experienciaram e sete por cento nunca mais voltou ao trabalho, números que comprovam o impacto do stalking. Também falamos de impacto económico se tivermos em conta os reajustes à rotina que as vítimas fazem e o custo financeiro que isso envolve. Em alguns casos, as vítimas mudam de emprego, mudam o número de telemóvel ou até mesmo de morada, algo que se traduz também num impacto social por abandonar a zona onde reside (Spitzberg & Hoobler, 2002).

Outro dos aspetos a atender quando falamos do impacto que o stalking pode causar na vítima é o medo de voltarem a ser alvo de violência. Este medo pode até abranger outras formas de violência, como a sexual, e pode não só resumir-se à vítima, mas também ao medo de que pessoas que lhe são conhecidas sejam alvo dessa violência. No estudo de Budd e colaboradores (2000), é possível notar que as mulheres

têm mais medo de serem alvo de mais violência (34%) do que os homens (25%), mas os homens têm mais medo de que a violência seja usada contra outras pessoas (34%) do que as mulheres (25%).

Podemos verificar que o stalking é uma forma de violência que pode ser perpetrada através dos vários contextos e formas de comunicação. Os meios eletrônicos podem proporcionar ao *stalker* um contexto alternativo de interação à distância para conseguir assediar a vítima. No seguinte capítulo iremos falar desta forma de stalking, conhecida como ciberstalking, bem como conhecer as diferenças que este contexto confere à vitimação.

1.2. Conceptualização sobre *ciberstalking*.

1.2.1. Conceito de *ciberstalking*.

Com a evolução do mundo e o aparecimento e sofisticação das tecnologias da comunicação, bem como o seu fácil acesso à população em geral, surgiram novas formas de interação entre os humanos, através de instrumentos eletrônicos que permitem comunicar à distância. Cada nova tecnologia, cada nova forma de comunicação, vai levar a alterar inicialmente as formas de interação entre a sociedade e consequentemente leva também a novas formas de crime (Spitzberg & Hoobler, 2002). Primeiro os telefones e telemóveis através de chamadas e mensagens escritas, depois os computadores com acesso à internet e, por sua vez, aos *emails*, redes sociais e outras formas de comunicação. Todas estas tecnologias foram-se sucedendo em tecnologias cada vez melhores do ponto de vista prático, com melhorias nas tecnologias já

existentes, um exemplo que se nota nos telemóveis, que perderam os fios, tornaram-se acessíveis e hoje em dia permitem aceder à internet e às várias aplicações e programas que facilitam a forma como comunicamos, estes avanços permitiram-nos comunicar à distância e a partir de vários locais, de várias formas, o que facilita a partilha de informação e a comunicação num espaço conhecido como o ciberespaço (Carvalho, 2010). São vários os benefícios que esta forma de comunicação trouxe, desde alternativas de educação, de comércio e até métodos alternativos de comunicar com outras pessoas. Dada a conveniência destas tecnologias e a facilidade e predisposição para os aprender a utilizar, ao longo dos anos, as pessoas passaram a dar-lhes um uso regular e constante. Mas a melhoria na capacidade de comunicação também tem os seus aspetos negativos, tal como tornar-se “viciado” com o uso da internet, mas também a facilidade de comunicação leva as pessoas a estarem mais expostas a outros perigos, como a exposição à violência e conteúdos pornográficos, o roubo de informações e identidade e fraude de identidade, que podemos olhar para elas também como um recurso para que o *stalker* consiga, também ele à distância, contactar e prejudicar a vítima ao fazê-lo de forma anónima ou até mesmo com uma identidade diferente da sua, características que a comunicação à distância confere ao *stalker* (Alexy et al., 2005; Finn, 2004; Spitzberg & Hoobler, 2002; Tokunaga, 2007).

Estes comportamentos persecutórios podem ser concretizados também através da Internet, com o envio de *emails* não solicitados, mensagens negativas em salas de chat e redes sociais ou até sabotagem eletrónica ao enviar vírus. Com o crescimento das tecnologias e o maior e frequente uso destas, sobretudo das redes sociais, aumenta

também o número de *stalkers* cibernéticos. A Internet torna-se numa ferramenta útil para os *stalkers*, permite estabelecer comunicação facilmente, sem custos e de forma anónima num ciberespaço. Assim, o *stalker* pode comunicar, vigiar, perseguir e ameaçar a vítima ao usar a internet como forma de se intrometer na vida da vítima (Bocij, 2002; Burgess & Baker, 2002; Carvalho, 2010; Hensler-McGinnis, 2008; Grangeia & Matos, 2011).

Quando falamos desta forma de stalking, falamos sobre *ciberstalking* (Dressler, 2002) definido como “o uso de Internet, *email* ou outros dispositivos eletrónicos para perseguir outra pessoa” (US Attorney General, 1999, p. 1). Bocij (2002) define-o como comportamentos demonstrados por um indivíduo, grupo de indivíduos ou organizações que usa a Internet ou tecnologias da comunicação para perseguir alguém ou outro grupo.

Apesar de ser uma forma de vitimação recente, são várias as pessoas que são alvo deste tipo de assédio à distância. Num estudo de Fisher, Cullen e Turner (2000), 13.1% das mulheres do seu estudo eram vítimas de stalking. Por sua vez, 25% dos comportamentos de stalking eram num contexto *online*. Destaque-se também o estudo de McEwan, Mullen, e MacKenzie (2009) que identificaram os comportamentos que os *stalkers* usam com maior frequência, entre estes o recurso a chamadas por telemóvel, o envio de *e-mails* e de mensagens escritas através do telemóvel, três comportamentos que têm recurso a meios eletrónicos e que correspondem, portanto, ao ciberstalking.

O seu praticante, o *ciberstalker*, recorre a uma dinâmica diferente de

comunicação e, conseqüentemente, uma dinâmica alternativa na forma como vai assediar os seus alvos. E, segundo Spitzberg e Hoobler (2002), se a sociedade está pouco sensibilizada para o que é o stalking, os seus comportamentos e os seus efeitos nas vítimas, muito menos está sensibilizada para o cyberstalking, uma vez que é um fenómeno estudado e falado há menos tempo, o que requer também uma maior sensibilização para toda a dinâmica desta forma de interação. O desconhecimento destes comportamentos e conseqüências leva a que a sociedade esteja desprotegida, algo que é aproveitado pelo *ciberstalker* na hora de pôr em prática o assédio indesejado.

As comunicações feitas através de métodos eletrónicos, tal como o telefone e a internet, permitem ao *stalker* ter a capacidade de comunicar com o mundo de forma anónima, ao poder fazê-lo com recurso a uma identidade falsa ou ao esconder a identidade e comunicar através de contacto ou número privado. A ausência de contacto direto com a vítima e a privacidade da sua identidade permitem ao *stalker* atuar sem que tema as repercussões pelos seus atos, o que pode levar a um aumento da frequência destes, bem como da sua intensidade (Tokunaga, 2007).

Esta dessensibilização social para os comportamentos de stalking *online*, os *ciberstalkers* conseguem ganhar terreno para a prática contínua destes comportamentos, até que estes culminem num crime mais grave, como a violência física. Em Nova Iorque, cerca de 43% dos crimes investigados pelo Departamento Policial desta cidade envolveram anteriormente comportamentos de cyberstalking, o que motivou mudanças na lei. Assim, a Lei Penal de Nova Iorque (Alexy et al., 2005) prevê um crime de assédio agravado, quando este assédio é praticado de forma

eletrônica, mecânica ou escrita.

Para também compreender melhor a dinâmica do ciberstalking, é necessário entender como as pessoas mantêm e regulam a sua própria privacidade. Petronio (1991, 2000, 2002, citado por Tokunaga, 2007) desenvolveu a teoria do controlo da privacidade nas comunicações. Esta teoria tem por base a premissa de que as pessoas definem limites que lhes permitem controlar os riscos associados à revelação de informações privadas. Tais limites são regulados consoante o grau de autonomia que experienciam ao receber e partilhar informações privadas, o que leva estes limites a serem regulados em função do grau de privacidade da informação e também em função de quando, com quem e como é que essas informações privadas são transmitidas. Estes limites permitem à pessoa regular também o seu comportamento ao comunicar com os outros, em função de desejarem ter mais privacidade ou intimidade. Procura-se assim regular os limites da partilha de informação a partir da intensidade da mesma. Se a informação for de maior importância, o indivíduo vai criar um maior controlo sobre os seus limites de forma a proteger essa informação.

Ao enquadrar esta teoria aos meios eletrónicos de comunicação, a partilha de informação é feita através de um destes instrumentos, sobretudo através da internet, através da qual as pessoas partilham as suas informações privadas a partir dos seus perfis nas redes sociais, *e-mails* ou até mesmo quando fazem compras ou enquanto fazem o seu trabalho. Esta partilha de informação gera também preocupações, nomeadamente que as pessoas podem ter acesso a tais informações e o que é possível fazer com as mesmas, algo que fragiliza os limites da esfera privada do indivíduo. Por

outro lado, e aplicado ao contexto do stalking, a partilha de informação é facilitada pelos métodos eletrônicos, o que leva a uma preocupação adicional, a informação que podemos receber sem que exista qualquer intenção ou interesse em recebe-la. Não obstante, a informação indesejada pode ser transmitida de forma repetitiva e intrusiva para o seu recetor, vantagem para o *stalker* que consegue propagar o seu controlo de forma continuada (Tokunaga, 2007).

Este tipo de comportamentos são usualmente adotados pelo *ciberstalker*, indivíduo que, recorde-se, invade a privacidade da vítima com a intenção de ter uma relação íntima com a pessoa que é alvo dos seus comportamentos (Cupach & Spitzberg, 1998; Tokunaga, 2007). O *ciberstalker* irá assim procurar, de forma repetida, partilhar informações com a vítima, algo que não é desejado. Contudo, existe uma persistência após recusa, o que torna esta partilha de informação e tentativa de estabelecer uma relação de intimidade em algo obsessivo. Essa obsessão poderá levar a vítima a sentir-se ameaçada e intimidada, em função do tipo de ofensas de que é alvo, mas também em função do seu próprio limiar, diferente entre vítimas, dependendo da intensidade e gravidade dos comportamentos de assédio, bem como da frequência. Assim algumas vítimas sentem-se ameaçadas após duas tentativas de proximidade por parte do *ciberstalker*, enquanto outras só se sentirão ameaçadas a partir da décima tentativa.

O tipo de ações tomadas pelo ciberstalking podem ser vistos como comportamentos incomodativos, que não têm qualquer intenção de causar dano ao seu alvo e não têm implícitos em si o medo. Contudo, os comportamentos podem tomar

contornos mais severos e manifestar-se de forma a intimidar a vítima e causar até mudanças na vida desta (Cupach & Spitzberg, 1998; Tokunaga, 2007).

Assim, vamos falar sobre os comportamentos adotados pelo *ciberstalker*. O seu assédio pode ser realizado através de ameaças, falsificação e roubo de identidade e informações, envio de *emails*, ao causar danos ao computador ou ao enviar material hostil para a vítima (Carvalho, 2010; Matos et al., 2011; Southworth et al., 2007; Spitzberg & Cupach, 2007a). Segundo Burmester, Henry e Kermes (2005, citado por Carvalho, 2010), o *ciberstalker* recorre a vários métodos para prejudicar o seu alvo, publica mensagens para denegrir a vítima ou leva-la a sentir-se intimidada, envia mensagens ameaçadoras para a vítima e para amigos e familiares desta, acede ao computador sem a sua permissão, altera-lhe as senhas, rouba a sua identidade ou falsifica-a para fazer comentários em seu nome ou até mesmo divulgar imagens de cariz sexual que envolvam a vítima.

Os comportamentos do *ciberstalker* têm também uma progressão que aumenta na intensidade do medo que causa e na frequência com que é praticado. Estes começam por ser algo que Cupach e Spitzberg (1998) caracterizam como o comportamento incomodativo, que passa por deixar mensagens não desejadas e receber vários telefonemas ou cartas também indesejadas.

Na sua forma mediana, o *ciberstalker* irá adotar comportamentos que refletem um assédio obsessivo pela vítima, feito de forma voluntária e repetitiva, mas que são indesejados pela vítima e tais comportamentos intimidam-na e afetam a sua vida. Tais comportamentos podem incluir chamadas ou envio de mensagens para procurar

controlar a vida da vítima ou para fazer chantagens (Cupach & Spitzberg, 1998).

Por fim, os comportamentos mais graves que o *ciberstalker* pode adotar são as ameaças, que segundo Cupach e Spitzberg (1998) passam por invadir a propriedade da vítima, fazer chamadas com conteúdo obsceno ou com ameaças e enviar mensagens com ameaças.

1.2.2. Tipologias de *ciberstalker*.

As diferentes tipologias de ciberstalking foram construídas com base em amostras clínicas e forenses de pessoas vítimas deste fenómeno, baseadas no autorrelato, uma vez que o stalking não é crime em alguns países como Portugal e, em países onde é criminalizado, cerca de 17% das vítimas denuncia a situação às autoridades (Fisher et al., 2002), sendo necessário recorrer a esse método de investigação para estudar o stalking na população em geral e na sua real proporção.

Segundo Tokunaga (2007) o método através do qual o *stalker* pratica os seus atos varia em função do contexto, se o faz *offline* ou online. Entenda-se por *offline* o contexto sem recurso a aparelhos eletrónicos, o clássico do stalking, onde existem perseguições à vítima na rua, recebe mensagens ameaçadoras, presentes indesejados e visitas inesperadas. No contexto *online*, falamos do ciberstalking, que tem diferenças no contexto e forma como é aplicado.

Uma das diferenças está na localização geográfica. No caso do stalking, é usual existir proximidade geográfica entre vítima e agressor, pelo que o *stalker* costuma estar nos locais que a vítima frequenta para a intimidar, ameaçar e perseguir. No

ciberstalking, a proximidade geográfica não é necessária, pois o agressor consegue prejudicar a vítima e invadir a sua privacidade. Nesta situação, recorre a outros métodos para o fazer, tal como o roubo da sua identidade, divulgação de informações ou envio de vírus, com o intuito de fazer a vítima sentir-se impotente e vulnerável (Tokunaga, 2007).

Outra diferença entre os contextos relaciona-se com a habilidade do *stalker* conseguir persuadir terceiros a ameaçar ou intimidar a vítima, algo que é mais fácil de fazer através da internet. Uma das estratégias para que o *stalker* consiga fazê-lo deve-se inicialmente ao roubo da identidade *online* da vítima e, ao usar esta identidade, utilizar as redes sociais ou outros sites, com a identidade da vítima, e provocar outras pessoas através de publicações falsas e mensagens em salas de chat, o que vai levar estas terceiras pessoas a sentir-se provocadas e assim passar também eles a ameaçar a vítima (Ashcroft, 2001; Tokunaga, 2007).

Uma das diferenças cruciais entre ambos os contextos prende-se com as barreiras que o *stalker* encontra. O facto de praticar os atos através da internet permite ao *stalker* contornar alguns obstáculos que estão presentes quando o faz de forma presencial, tal como ser visto pela vítima, ser apanhado pela polícia em flagrante delito, ao invadir a propriedade da vítima. Como não tem de confrontar a vítima fisicamente e pode prejudicá-la de forma anónima, o *ciberstalker* está livre destes obstáculos e consegue fazê-lo sem ser identificado (Ashcroft, 2001; Tokunaga, 2007).

Apesar das diferenças nos contextos, Spitzberg e Hoobler (2002) concluem no seu estudo que cerca de 25% dos *stalkers* recorreram a métodos eletrónicos para o

fazer, o que reforça o recurso às tecnologias da informação para praticar o assédio. Ao aperceberem-se das diferenças entre os contextos *online* e *offline*, Spitzberg e Hoobler (2002) definiram a tipologia dos comportamentos dos *ciberstalkers* a partir de uma análise de vários comportamentos de assédio praticados através da internet, sendo eles catalogados de quatro formas diferentes, ordenados consoante o grau de ameaça que causam na sua vítima: hiperintimidade, sabotagem, ameaça e transferência para a vida real (Tokunaga, 2007).

A hiperintimidade é a tipologia dos comportamentos de assédio *online* que menos danos causa à vítima. O *ciberstalker* apresenta comportamentos de assédio, a sua maioria sem intenção de prejudicar a vítima e pode fazê-lo de quatro formas. Uma das formas de praticar o assédio é através da expressão de afetos e carinhos. Há um recurso a dos meios eletrónicos de comunicação (tal como as redes sociais ou mensagens de texto enviadas através do telemóvel) para comunicar com a vítima e expressar o seu desejo através de várias revelações afetivas e excessivas mensagens de afeto, indesejadas pela vítima (Cupach & Spitzberg, 2001; Tokunaga, 2007).

Outra forma de expressão da hiperintimidade é a bajulação, onde o *ciberstalker* oferece ajuda e faz elogios à vítima, de forma consistente e sem que estes sejam solicitados. Uma terceira forma de manifestação de comportamentos de hiperintimidade é revelada através de um ajuste relacional, no qual o *ciberstalker* faz propostas específicas de como desejaria que estivesse a relação entre ambos (Tokunaga, 2007). As conversas podem ter um teor excessivamente sexual, com o envio de imagens pornográficas à vítima ou descrever os possíveis cenários de encontros sexuais

entre ambos (Carvalho, 2010).

Outra das tipologias de comportamentos do *ciberstalker* é classificada como a sabotagem. Os comportamentos adotados pelo *ciberstalker* visam denegrir e afetar a reputação e imagem da vítima, com recurso a informações reais ou falsas, para afetar o estatuto que esta tem na sua vida privada, trabalho ou escola. Para o fazer, costuma recorrer à internet para divulgar informações sobre a vítima. Se o quer fazer para afetar a vida social da vítima, espalha rumores sobre a vida amorosa do seu alvo junto dos familiares e amigos da vítima. Se o intuito é afetar a vida profissional ou escolar, irá espalhar os rumores junto das pessoas que trabalham ou estudam consigo, sobre a sua capacidade de trabalho, vida amorosa ou até detalhes da vida familiar (Carvalho, 2010; Tokunaga, 2007).

A terceira tipologia do comportamento adotado pelo *ciberstalker* tem por base as ameaças. O *ciberstalker* envia mensagens onde faz ameaças com o intuito de atormentar ou até de a assediar (Carvalho, 2010). As ameaças podem ser vagas, com referência de que irá acontecer algo à vítima. Estas ameaças também podem ter um alvo específico, a família e amigos ou até algo que seja propriedade da vítima e, em casos mais graves, ameaças de morte à vítima ou até de suicídio, mediante exigências do agressor, tal como a exigência da permanência numa relação (Tokunaga, 2007). Para fazer estas ameaças pode ainda tentar obter informações sobre a vítima e uma das formas de o fazer é ao invadir o seu computador ou redes sociais sem a permissão da vítima (Carvalho, 2010).

Por fim, a transferência para a vida real é a tipologia de comportamentos do

ciberstalker que causa maior impacto nas vítimas de ciberstalking devido ao impacto destes na vida da vítima. Segundo Spitzberg e Hoobler (2002), o *ciberstalker* pode causar danos à propriedade da vítima, isto é, enviar vírus para o computador da vítima, entrar no seu computador e apagar dados e informações importantes ou até utilizar essas informações e roubar a sua identidade. Nesta última situação, o *ciberstalker* poderá fazer-se passar pela vítima ao usar a sua identidade e publicar mensagens que ponham em causa o estatuto da vítima ou até criar conflitos para a vítima ao enviar mensagens ofensivas para outras pessoas em nome da vítima (Carvalho, 2010).

Face a estes dados, quem é então o típico *ciberstalker*? As estatísticas dos crimes investigados pelo Departamento Policial de Nova Iorque e que envolviam comportamentos de ciberstalking (Alexy et al., 2005) indicam que 80% dos crimes foram praticados por homens com uma média de 24 anos e em cerca de 75% de raça branca. A maioria dos agressores enviou *e-mails* ou mensagens instantâneas para praticar o crime. No caso das vítimas, 52% eram mulheres com uma média de 32 anos, sendo 85% de raça branca.

1.2.3. Características de vulnerabilidade ao *ciberstalking*.

Uma importante característica para evitar ser vítima de ciberstalking é saber reconhecer os comportamentos de stalking e ter a noção das consequências desses atos, sobretudo o efeito podem causar nas vítimas. Atendendo a este aspeto, já em 1998 Lee (1998) mostrava a sua preocupação em apurar a perceção da sociedade

sobre comportamentos de stalking, algo que o levou a realizar um estudo junto dos estudantes universitários. Neste estudo, Lee descreveu seis exemplos de cenários a partir dos quais uma situação de stalking decorre, dos quais dois referentes a situações de ciberstalking, sendo que os estudantes teriam de indicar se a pessoa estaria a ser alvo de ciberstalking. No primeiro cenário cibernético, em que uma mulher era contactada por um estranho em *chatrooms* e por *e-mail*. No segundo, a situação era idêntica, mas o desconhecido também colocava cartões e presentes à porta de sua casa. Na primeira, cerca de 50% dos estudantes considerou a situação como stalking e na segunda cerca de 60% considerou uma situação de stalking. Ainda no mesmo estudo, Lee (1998) observou que os estudantes classificavam o stalking feito por alguém desconhecido mais perigoso do que quando feito por alguém conhecido e que o stalking *online* era mais perigoso do que o stalking praticado num contexto offline, que era visto como algo romântico. Estes resultados são demonstrativos da aceitação social de vários dos comportamentos de assédio utilizados pelos *stalkers*, dada a incapacidade para reconhecer uma situação de assédio indesejado.

Se falarmos sobre a dinâmica do ciberstalking, o estudo de McFarlane e Bocij (2003) também nos permite avaliar esta forma de violência quanto ao contexto e continuidade do assédio. Os autores apresentam resultados obtidos com 24 vítimas de ciberstalking. As vítimas, em média, foram alvo de episódios de ciberstalking durante 11 meses e meio, com 13 desses casos a envolver também stalking presencialmente, 6 deles em casa e três no trabalho. Em 8 casos, as vítimas tiveram a sua identidade *online* roubada pelo *ciberstalker*. No que concerne à relação que as vítimas tinham

com o *ciberstalker*, em 12% dos casos eram ex-namorados, 12% colegas de trabalho, 22% eram desconhecidos à vítima e 33% eram pessoas que havia conhecido recentemente através da internet.

As características sociodemográficas (e.g., idade, sexo, estado civil, etnia) são um dos aspetos mais importantes a ter em conta nas vítimas de ciberstalking quando procuramos analisar as características de maior vulnerabilidade a si associadas. Segundo o WHOA – Working to Halt Online Abuse (2011), das vítimas de 2011, a idade da vítima não apresentava diferenças entre faixas etárias, pelo que 35% das vítimas de ciberstalking tinham entre os 18 e os 30 anos, 33% tinham entre 31 e os 40 anos e os restantes 32% tinham 41 anos ou mais. Relativamente ao estado civil, 52% da amostra eram solteiros e 26% eram casados, o que revela uma tendência para indivíduos solteiros. Em relação à etnia, a vítima era predominantemente caucasiana, com estes a representarem 82% das vítimas. Quanto ao sexo, no estudo de Tjaden e Thoennes (1998), era notória a tendência das vítimas serem mulheres e os agressores homens, num estudo com base numa amostra de vítimas. No estudo de Alexy e colaboradores (2005), os homens apresentam maior probabilidade de serem alvo de ciberstalking, pelo que 51% dos homens relatam ter sido alvo comportamentos de ciberstalking, apesar de estes passarem mais tempo na Internet do que as mulheres. No estudo de Carvalho (2010), os homens voltam novamente a apresentar uma maior taxa de vitimação que as mulheres, com 35% dos homens a serem vítimas de ciberstalking. Por fim, segundo o *Working to Halt Online Abuse* (WHOA) (2011), organização que luta contra o assédio eletrónico, 74% dos casos que lhes foram

relatados de cyberstalking em 2011 referem-se a mulheres, com os homens a representar os restantes 26% da amostra, o que contradiz os resultados de estudos aqui citados e, por outro lado, lança a dúvida sobre qual género recai a maior prevalência da vitimação.

Tendo em conta estes aspetos, há que olhar também para as consequências, pois ser vítima de cyberstalking também se traduz em consequências prejudiciais para a vítima. Existem, segundo Yehuda (2002, citado por Tokunaga, 2007), sintomas que são consistentes com um quadro de perturbação de stress pós-traumático, algo que é notório nos seus efeitos psicossociais, traduzidos na permanente desconfiança para com as outras pessoas e também na forma de lidarem com o seu sofrimento psicológico (Tokunaga, 2007). Para Spitzberg e Hoobler (2002), algumas vítimas têm conhecimentos que lhes permite atuar e defenderem-se quando atacadas, apesar de ser necessário sensibilizar as vítimas para estas estratégias.

O estudo de Maple, Short e Brown (2011) procuraram investigar quais as consequências do cyberstalking ao aplicar um questionário às pessoas que visitavam o seu *website* de apoio a vítimas de stalking e que estavam dispostas a colaborar, tendo participado 353 pessoas. Os sentimentos que as vítimas mais experienciaram terão sido a angústia (94.1%), o medo (80.9%), onde o medo de ser alvo de agressões (23.8%) ou o de a sua reputação sofrer danos (34.3%) eram os mais expressados. Os comportamentos mais temidos pelas vítimas são o recurso a informações pessoais da vítima para a ameaçar ou magoar (79.6%), receber *e-mails* indesejados (66%), o envio de material hostil ou de mensagens erradas a respeito da vítima (65.1%) e o uso de

diferentes identidades para ser contactado (58%). Em relação ao contexto, 48% das vítimas conheceu o *stalker* pela primeira vez *online*. O terem sido vítimas de cyberstalking originou consequências a vários níveis. A nível profissional, 73% sentiu que a vitimação influenciou negativamente o seu desempenho e levou 30% a reconhecer que o seu desempenho foi afetado, 6% mudassem de emprego e que 4% fossem despedidos. A vitimação também afetou a qualidade das relações que as vítimas têm, pelo que 32.6% dos homens e 39.6% das mulheres perdeu contacto com a família e amigos, 54.7% dos homens e 43.1% das mulheres deixaram de fazer atividades sociais e 25.3% dos homens e 16.4% das mulheres viram a sua relação íntima terminar. O impacto psicológico é de destaque. Durante os episódios de assédio, apenas 12.7% da amostra não se sentiu ansiosa e 36.4% terá sentido um nível de ansiedade severo. No que concerne à perturbação de stress pós-traumático, 29.6% encontravam-se no limiar e 34.9% apresentava a perturbação de forma concreta. Também a nível financeiro se regista impacto negativo, com 70% dos homens e 55% das mulheres a verem as suas finanças afetadas. Nesse aspeto, o estudo de Logan, Shannon, Cole e Swanberg (2007) reforça a existência de um impacto negativo a nível financeiro bem como a nível profissional, onde 94.6% das mulheres que são alvo de stalking por parte dos seus maridos referem ter problemas no trabalho, tais como serem alvo de violência enquanto estão no trabalho, necessidade de interromper o trabalho e o prejudicar da performance.

1.3. Prevalência de *ciberstalking* nos estudantes universitários.

Os estudantes universitários foram uma das populações mais utilizadas para vários tipos de estudos devido à acessibilidade a tais amostras nos campus universitários. Porém, no caso do ciberstalking, esse não é motivo exclusivo para a realização de investigações sobre este fenômeno de vitimação junto desta população, pois investigadores como Lee (1998) realizaram investigações com esta população com base no critério de que são os adolescentes e os jovens adultos quem mais utiliza meios eletrônicos de comunicação, sobretudo a internet e redes sociais, algo frisado por Finn (2004) que refere que praticamente 100% dos estudantes universitários tem acesso à internet e têm um *e-mail* pessoal que utilizam para trocar e-mails com professores, amigos, colegas e familiares, quase todos com computador próprio e com acesso à internet em casa, mas também existem computadores na universidade para aceder à internet e ainda é possível aceder à internet a partir do seu próprio computador.

Estudar a prevalência deste fenômeno permite ter noção da taxa de vitimação resultante da exposição a comportamentos que visam perseguir ou ameaçar a vítima, tais como enviar *e-mails* ou mensagens de telemóvel ameaçadoras, roubar e usar informações da vítima para comprar bens em seu nome ou até controlar a pessoa com aparelhos eletrônicos que a permitam vigiar (Cupach & Spitzberg, 2014), o que irá permitir determinar a frequência desta forma de violência na população universitária.

Spitzberg e Hoobler (2002) também começaram por fazer as suas investigações com estudantes universitários. Num dos seus estudos, utilizaram 235

estudantes universitários, com o intuito de definir uma medida para o ciberstalking e apurar a sua prevalência. Concluíram que cerca de um terço da amostra foi alvo de comportamentos de assédio não desejados, demonstrados através de mensagens de afeto e partilha, de forma excessiva, classificados como uma forma de “hiperintimidade”. Antes já Cupach e Spitzberg (2000) haviam investigado a prevalência do ciberstalking junto dos estudantes universitários. Numa amostra de 366 estudantes, cerca de 63% da amostra a ser vítima de stalking e ciberstalking, na perspetiva de que para se ser vítima basta reconhecer ter sido alvo de, pelo menos, um comportamento de ciberstalking.

Segundo Reynolds (2010), a prevalência de ciberstalking, consoante a análise de vários estudos sobre a prevalência deste fenómeno, varia entre 3.7% e 31% nas populações alvo dos estudos, porém, há que ter em conta a definição de ciberstalking utilizada para operacionalizar o estudo, pelo que vários estudos recorreram à definição legal do seu país, enquanto Portugal não tem este fenómeno previsto como um ato que constitui crime. No estudo de Carvalho (2010), com 111 estudantes universitários, 74.8% dos indivíduos da amostra já fora alvo de, pelo menos, um comportamento de ciberstalking.

Também o estudo de Kennedy e Taylor (2010) procurou avaliar o ciberstalking entre a população universitária, no qual recorreram a 354 estudantes universitários. Desta amostra, 10.1% reconheceu ter sido vítimas de stalking offline e 3.1% de stalking através de meios eletrónicos, com a consequência de ter de mudar de número de telemóvel, morada ou *email* a ter uma taxa de resposta algo significativa (2.8%) no

que diz respeito à resolução do problema com o sentido de por um termo ao assédio.

Por fim, o estudo de Björklund, Häkkänen-Nyholm, Sheridan e Roberts (2010), com 615 estudantes universitários da Universidade de Helsínquia, indica que a taxa de prevalência do stalking é de 48,5%, mediante autoidentificação dos estudantes como vítimas de stalking. Contudo, essa taxa seria mais elevada se os estudantes tivessem em conta que, para se ser vítima, basta assinalar um comportamento de stalking ou cyberstalking. Neste caso, 56.4% recebeu *e-mails* indesejados e 52.7% múltiplas chamadas indesejadas, valores de comportamentos específicos de cyberstalking que são, por si, elevados em relação à taxa de prevalência apontada.

1.4. Conceptualização sobre *coping*.

A forma como a vítima lida com tais comportamentos pode estar relacionada com as formas de vitimação ou com as suas características sociodemográficas. Conhecer o impacto e a complexidade das situações que as vítimas vivenciam ajudam-nos a saber os riscos a que estas estão expostas, mas também as respostas que usam para encarar um problema inesperado e resolvê-lo. Perante o mesmo problema, utilizamos diferentes respostas para lidar com a situação, o que leva também a diferentes resoluções. Perante um problema, uma pessoa pode não conseguir solucioná-lo e outra consegue, algo que se deve ao uso de estratégias adequadas à situação em que se deparam, mas também à eficácia dessas mesmas estratégias que variam consoante a pessoa e o contexto. Às respostas que utilizamos para enfrentar os problemas chamamos de estratégias de coping. Entende-se o conceito de coping como

as estratégias que o indivíduo usa para lidar com situações de dano, ameaça, desafio que se depara e para as quais não tem respostas usuais preparadas (Vaz-Serra, Firmino, & Ramalheira, 1988). Desta forma, a compreensão sobre as estratégias de coping é igualmente relevante para a compreensão do fenómeno do cyberstalking, pois permitem saber como é que as vítimas reagem perante esta forma de assédio, a variedade de estratégias que podem adotar para enfrentar o problema e quais são as estratégias que são mais eficazes na resolução do problema, bem como mais eficientes na promoção do bem-estar da vítima (Cupach & Spitzberg, 2014). Com base nesta análise poderemos assim compreender o impacto que o stalking tem para as vítimas e a variabilidade experiencial que possa ser encontrada em termos de consequências da vitimação.

Começar por referir a teoria do coping, esta é explicativa da relação entre as estratégias de coping e o ajuste do indivíduo a situações stressantes. O coping é a capacidade cognitiva de o sujeito enfrentar uma situação stressante, a qual constitui um problema para o indivíduo e que excede os recursos que este tem para lidar com a situação, dado ser uma situação stressante e inesperada para o sujeito, o que gera nele sentimentos negativos (Crockett et al., 2007). Problemas que geram situações inesperadas e stressantes, tais como ter problemas escolares (Skinner, Pitzer, & Steele, 2013), no trabalho (Cheng, Mauno, & Lee, 2014), problemas de saúde terminais (Marlow et al., 2014), violência doméstica (Ferreira & Matos, 2013) ou stalking (Cupach & Spitzberg, 2014). O coping vai permitir que o indivíduo lide cognitivamente com a situação stressante ao dar uma resposta assertiva, que o ajuda a

minimizar os efeitos debilitantes com origem na situação stressante (Madhyastha, Latha & Kamath, 2014).

A definição do conceito de coping é bastante discutível e diversificada, algo que gera inclusive motivo para debater o próprio conceito e, por sua vez, a forma como se fala, aplica e investiga esta variável. A questão central centra-se num tópico. Para alguns autores, como é o caso da perspetiva apresentada por Cupach e Spitzberg (2014), as estratégias de coping são todas as respostas que podem ser empregues pela vítima, como forma de responder à sua situação, no sentido de conseguir controlá-la ou tornar a sua posição mais tolerável. Neste sentido, teremos em conta todas as estratégias empregues, apesar de nem todas serem eficazes na resolução do problema, porque muitas das estratégias que são adotadas pelas vítimas não são eficazes a afastar o problema ou a promover a capacidade de controlar as suas consequências emocionais, nomeadamente o stress causado por esta situação e que pode dever-se ao facto da vítima não ter os recursos necessários para enfrentar a situação.

O conceito de coping pode ser entendido por outra ótica, tal como é a defendida por Vaz-Serra, Firmino e Ramalheira (1988), em que as estratégias de coping são vistas como respostas que são empregues face à situação stressante e que efetivamente permitem à pessoa ter uma resposta eficaz na resolução do problema, quer seja uma resposta direta ao problema e que faça com que ele se extinga, como uma resposta que permite à pessoa adquirir recursos para lidar com a situação, de forma a conseguir ter antecipadamente recursos para lidar com o problema e assim não voltar a estar numa situação stressante. Nesta perspetiva, não se consideram como

estratégias de coping as respostas que não são eficazes a resolver o problema.

À luz da presente investigação, e também deste pequeno debate, é necessário adotar e justificar a perspectiva escolhida de que as estratégias de coping serão todas as respostas empregues pela vítima. A eficácia das respostas não é linear, varia de pessoa em pessoa e de caso em caso. Uma resposta de coping pode ser eficaz na resolução de um problema e ser ineficaz na resolução de um problema semelhante, ou até ser eficaz para uma pessoa e ser ineficaz para outra pessoa. Depende do contexto em que o problema decorre, da forma como a resposta é aplicada e da própria pessoa ou envolvidos (Cupach & Spitzberg, 2014; Spitzberg & Cupach, 2001). Ao explicar de uma forma concreta, duas pessoas podem ser vítimas de cyberstalking, ambas decidirem bloquear os contactos que recebem do cyberstalker e, numa situação essa resposta ser eficaz e afasta o cyberstalker, como noutra situação ser ineficaz e o cyberstalker adotar outra forma de continuar com o assédio.

1.5. Estratégias de *coping* das vítimas de *cyberstalking*.

Perante uma situação stressante para a qual não temos uma estratégia imediata preparada, as pessoas dão uma resposta, podendo esta variar em função do contexto e stress causado. Chamamos a isto “estratégias de coping”, isto é, a estratégia que a pessoa usa para dar resposta à situação stressante, com o intuito de a solucionar. As respostas podem ser objetivas, ao procurar intervir diretamente sobre o problema, mas elas também podem ser respostas emocionais, tipologia comum quando somos alvo de violência (Ferreira & Matos, 2013).

As estratégias de coping são assim uma panóplia de respostas de podem ser dadas perante um determinado problema, independentemente da sua eficácia na resolução. Se considerarmos o cenário do stalking, existem diferentes categorias de estratégias de coping que podem ser adotadas pela vítima, desde conseguir controlar, reduzir ou atenuar os comportamentos de assédio, recuperar a sua intimidade, afastarem-se, rejeitar possíveis encontros ou até mesmo confrontar o stalker (Cupach & Spitzberg, 2014).

Para que se compreenda melhor esta forma de violência, é necessário também saber como reagem os intervenientes perante tal violência. Como reagem as vítimas ao serem alvo deste assédio indesejado? As respostas podem ser diversas e podem ou não resolver o problema de uma forma efetiva. Como referido anteriormente, podem ser respostas objetivas que envolvam uma intervenção direta sobre o problema, como podem tratar-se de respostas cognitivas ou emocionais, como uma tentativa de redefinir o problema como uma forma de atenuar as emoções sentidas (Cupach & Spitzberg, 2014).

Quando falamos de coping nas vítimas de ciberstalking, falamos das estratégias que as vítimas de assédio têm para lidar, ignorar ou dar resposta aos comportamentos intrusivos de que são alvo, com a intenção de os interromper (Spitzberg & Hoobler, 2002; Tokunaga, 2007). É necessário compreender quais são as estratégias que as vítimas mais empregam quando alvo dos comportamentos de assédio, sobretudo quando todo este fenómeno se desenrola através de métodos eletrónicos de comunicação. Também as estratégias de coping que as vítimas utilizam

para lidar com este tipo de assédio são diferentes e também são condicionadas pelo meio onde a vitimação ocorre, sendo um exemplo das estratégias de coping a alteração das definições privadas nas redes sociais, para que desconhecidos tenham um menor acesso ao perfil da vítima nas redes sociais e, conseqüentemente, ter acesso a menos informação.

Estudar o coping em vítimas de cyberstalking ajuda a perceber a forma como as vítimas lidam com o problema atendendo ao tipo de vitimação, bem como a eficácia das estratégias empregues pela vítima para por termo à situação. Cupach e Spitzberg (2014) referem que as vítimas de cyberstalking que empregam o maior número de estratégias de coping são aquelas que têm mais dificuldade em por termo à situação, o que a expõe a mais episódios de stalking. Isso deve-se à ineficácia da resposta e conseqüente capacidade do *stalker* em ignorar essa mesma resposta e persistir no assédio, mas também é indicador de uma tendência para o recurso a estratégias que são ineficazes. Aliás, Mechanic (2002) refere que as vítimas regulares de cyberstalking apresentam melhores estratégias de coping do que indivíduos que não são vítimas regulares e que essas estratégias de coping permitem reduzir o impacto da vitimação ao nível de sintomas.

Vamos agora explorar as estratégias de coping que as vítimas de cyberstalking adotam. Quais as respostas mais frequentes que as vítimas têm perante uma situação de cyberstalking? Num estudo de Alexy e colaboradores (2005), 75% da amostra revelou a um amigo próximo ter sido alvo de cyberstalking, enquanto 11% não contou a ninguém. Tokunaga (2007) no seu estudo concluiu que estas vítimas tendem a

ignorar e evitar o *ciberstalker*, cortar contacto com o *ciberstalker* e a procurar ajuda (Carvalho, 2010; Finn, 2004; Hensler-McGinnis, 2008). No estudo realizado por Spitzberg e Hoobler (2002), as vítimas de comportamentos de assédio *online* não mostravam estratégias de coping que correspondessem a uma forma de lidar com tais comportamentos e efetivamente deixar de ser alvo do assédio. Spitzberg e Hoobler (2002) explicam ainda que as causas para que isto ocorra se deve à dessensibilização deste tipo de comportamentos por parte da vítima, quando praticados através de um meio eletrónico, o que as leva a não utilizar estratégias para lidar corretamente com a situação e sim permitir a sua continuidade.

Outra forma de examinar as possíveis estratégias de coping que se podem adotar no caso do cyberstalking é recorrer à população em geral e procurar saber quais seriam as suas reações ao serem alvo de cyberstalking. No estudo de Alexy e colaboradores (2005), é dada a conhecer uma situação de cyberstalking, na qual o *ciberstalker* foi condenado pela prática desse crime. Após conhecerem o caso, 29.9% classifica-o como crime, enquanto 7.9% nem o considerou assédio. No caso das estratégias de coping apresentadas, 69% considerou os comportamentos como algo “fisicamente ameaçador” e 73% denunciaria a situação à polícia. Alexy e colaboradores (2005) acrescentam ainda que as emoções e reações desempenham um papel importante nas estratégias de coping das vítimas, pelo que, quanto mais proximidade física existir entre o *ciberstalker* e o seu alvo, mais intensas são as emoções sentidas. Neste sentido, as mulheres serão melhores a sentir tais reações e as pessoas mais novas também. Também existe um maior aumento das emoções sentidas

quando já se experienciou tais experiências relatadas.

No trabalho desenvolvido por Hensler-McGinnis (2008), o autor concluiu na sua investigação que as estratégias de coping específicas das vítimas de cyberstalking podem passar por negar ou minimizar o problema, mudar de *email*, denunciar ou o caso às autoridades, algo que tem um impacto usualmente negativo para as vítimas quando expostas a esta forma de violência.

Vamos agora falar sobre o tipo de estratégias de coping que as vítimas de stalking e cyberstalking utilizam. Spitzberg e Cupach (2001) desenvolveram um modelo para definir as de estratégias de coping que as vítimas de stalking utilizam para lidar com esta forma de violência. Este modelo consiste em dois diferentes domínios de resposta, o relacional e o extrarrelacional. No domínio extrarrelacional podemos esperar um modelo respostas unilaterais, conhecido como a tipologia de negação ou minimização de comportamentos (“*moving inward*”). Ainda parte deste domínio, temos o tipo de estratégias que envolvem a interação com outras pessoas para além do *stalker*, tipologia conhecida como procura de apoio junto de terceiros (“*moving outward*”). No domínio relacional podemos falar de três tipologias de estratégias de coping, evitar contactos (“*moving away*”), que consiste em tomar ações que façam a vítima ficar fora do alcance do *stalker*, negociar com o *stalker* (“*moving toward/with*”), que envolve tentativas de negociação mútua entre vítima e *stalker*, e o confronto (“*moving against*”) que envolve estratégias que visam castigar ou punir o *stalker* (Cupach & Spitzberg, 2008; Dutton & Spitzberg, 2007; Ferreira, Costa, & Matos, 2014; Nguyen, Spitzberg, & Lee, 2012; Spitzberg & Cupach, 2008).

Uma das possíveis estratégias de coping apresentadas pelas vítimas de stalking é o recurso à negociação com o *stalker*, com o propósito de colocar um termo nos comportamentos do *stalker*. Neste sentido, a vítima vai procurar negociar com o *stalker*, com recurso a argumentos para definir aspetos como a relação entre os dois e os limites da mesma para que o *stalker* não exceda os limites da vida privada da vítima. Pode passar por definir o tipo de relação entre ambos ou até mesmo causar uma discussão entre ambos no sentido argumentativo. Contudo, quando a vítima opta por este tipo de resposta pode estar a reforçar o comportamento do *stalker*, pois este poderá ver esta iniciativa como a possibilidade para futuros encontros, o que leva a permanecer nos comportamentos obsessivos (Cupach & Spitzberg, 2004; Tokunaga, 2007; Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2001).

No que refere ao evitar contactos, a vítima irá adotar estratégias que visam rejeitar o *stalker* ao procurar evitar todo o tipo de contactos com o mesmo, quer físicos quer através de meios eletrónicos (Spitzberg & Cupach, 2001). Para isso, a vítima vai tentar evitar que os eventos de assédio e perseguição voltem a acontecer, o que leva a vítima a evitar os locais e situações em que foi assediada e perseguida pelo *stalker*. Devido a existir na vítima um elevado nível de medo, isso poderá levar a vítima a evitar algumas atividades comuns em que costumava participar, tal como passear ou ir ao cinema, consequência apontada anteriormente no estudo de Maple, Short e Brown (2011) com 25.3% dos homens e 16.4% das mulheres a deixarem de fazer algumas atividades sociais que faziam. No extremo, a vítima poderá até trocar de trabalho, escola ou residência. Este tipo de estratégias tem a vantagem de dificultar

a tarefa do *stalker* em persistir com o assédio, mas por outro lado a vítima tem de trocar as suas rotinas, mudar o seu dia-a-dia e isso poderá deixá-la mais vulnerável (Cupach & Spitzberg, 2004; Maple, Short & Brown, 2011; Matos et al. 2011; Nguyen, Spitzberg & Lee, 2012; Tokunaga, 2007).

Outra das formas das vítimas de stalking lidarem com a situação de que são alvo passa por confrontar o *stalker*. Para Spitzberg, Nicastro e Cousins (1998, citado por Tokunaga, 2007), esta confrontação tem o intuito de intimidar o *stalker* para não repetir os atos contra a vítima e para o conseguir, poderá recorrer a um leque de estratégias, tais como ameaçar, retaliar e intimidar o *stalker*. Para isso, também poderá apresentar queixa junto das autoridades ou empregar respostas retaliatórias com o intuito de intimidar, ferir ou até mesmo matar o *stalker*, algo que é recorrente quando a lei é ineficaz nos casos de stalking. A vítima pode fazê-lo diretamente ou pedir a terceiros para intimidar ou agredir o *stalker*, algo que pode levá-lo a adotar uma resposta emocional com consequências mais graves para a vítima (Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2001).

Na perspetiva de Matos e colaboradores (2011), adequada à realidade portuguesa, o recurso à justiça como resposta não é incluído nas estratégias de coping de confrontação. Este tipo de recurso é incluído numa outra categoria de estratégias de coping, o solicitar de apoio de terceiros. Para lidar com o stalking, a vítima pode pedir ajuda de amigos e familiares bem como a instituições de apoio, com o propósito de obter apoio emocional e aconselhamento para que possa ter estabilidade e segurança (Cupach & Spitzberg, 2004, 2008; Spitzberg & Cupach, 2001).

Ainda nesta perspectiva, as vítimas de stalking podem apresentar outra estratégia de coping, que passa por negar, minimizar ou redefinir o problema. Nesta situação, a vítima encara a situação ao ignorar os acontecimentos relacionados com a vitimação, negando que tal aconteceu ou ao retirar a importância aos atos praticados pelo *stalker*. Este tipo de estratégias não costumam ser eficazes pois não só não envolvem uma resolução ou intervenção direta ou indireta no problema, como permitem ao *stalker* continuar a perseguir e assediar a vítima (Cupach & Spitzberg, 2004, 2008; Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2001).

Nem todas as estratégias de coping empregues pelas vítimas são adequadas para enfrentar a situação, pois nem todas levam ao término ou resolução da situação. Segundo Spitzberg e Cupach (2001; Ferreira, Costa & Matos, 2014; Spitzberg, 2002) as estratégias de coping de negociar com o *stalker*, o confrontar e o negar ou minimizar os comportamentos são tidas como as tipologias de estratégias de coping que são desadequadas e que não levam a uma solução eficaz, o que permite que a vitimação continue. Para que a vítima seja capaz de dar uma resposta assertiva perante a situação de vitimação em que se encontra, deverá recorrer às respostas de coping que são adequadas, o evitar contactos e a procura de apoio junto de terceiros, procurando ainda evitar utilizar as outras três tipologias de estratégias de coping.

O stalking e o cyberstalking constituem uma forma de violência que pode resultar em consequências graves para as suas vítimas, a nível social, profissional e da saúde. Os recursos que a vítima tem, nomeadamente as suas estratégias de coping, entram em linha de conta quando falamos destas consequências, pois a vítima pode

recorrer a estratégias adequadas ou inadequadas, algo que é determinante para o impacto experienciado. Torna-se assim pertinente conhecer este fenómeno de vitimação, conhecer os tipos de comportamentos que os stalkers utilizam e a forma como as vítimas lidam com a situação, sendo estes os fundamentos que o estudo empírico, apresentado no próximo capítulo, tem por base.

2. Estudo Empírico

2.1. Objetivos.

O presente estudo procura mostrar a realidade de um dos fenómenos de vitimação mais experienciados e que ainda não é criminalizado em Portugal, o stalking, sobretudo quando praticado através de meios eletrónicos, meios que estão cada vez mais presentes na rotina e lazer da população.

Neste sentido, após uma revisão exaustiva da literatura nacional e internacional sobre o tema foram-se levantando algumas questões, sendo que aquela que orientou, de facto o desenvolvimento deste estudo foi a de perceber quais as estratégias de coping utilizadas pelas vítimas de ciberstalking. Desta forma, a principal questão de investigação foi a de apurar quais as estratégias de coping usadas pelas vítimas de ciberstalking, no sentido de avaliar se as mesmas são as adequadas (e.g., o evitar contactos com o stalker, procurar apoio junto de terceiros) tal como referem alguns estudos (Amar & Alexy, 2010; Ferreira, Costa & Matos, 2014; Nguyen, Spitzberg & Lee, 2012).

Para o efeito desenvolvemos um estudo que tem um carácter descritivo e exploratório, de natureza quantitativa, na medida em que subjacente a este objetivo geral tínhamos objetivos específicos, que traduzimos em três questões:

1. Qual a prevalência do ciberstalking na população universitária? São vários os estudos que nos dão uma resposta a esta questão, contudo é preciso ter em atenção à forma como a variável “ciberstalking” é investigada. Para efeitos do presente

estudo, para que se seja considerado vítima de ciberstalking, é necessário ter sido alvo de pelo menos um comportamento de ciberstalking (Cupach & Spitzberg, 2014).

2. Quais as características sociodemográficas da vítima de ciberstalking? Nesta resposta, é importante comparar as diferenças para cada uma das variáveis sociodemográficas, tais como as diferenças entre géneros, idades, situação amorosa e estado civil. As diferenças registadas por diferentes estudos (Carvalho, 2010; Maple, Short & Brown, 2011; Spitzberg & Hoobler, 2002; WHOA, 2011) são diferentes entre si, o que requer apurar as diferenças nos estudantes universitários da população.
3. Quais as estratégias de coping utilizadas pelas vítimas de ciberstalking? Ao responder a esta questão, há que ter em conta se as estratégias que as vítimas usam são as adequadas, as que implicam evitar contactos com o *stalker* e procurar apoio junto de terceiros (Ferreira, Costa, & Matos, 2014).

2.2. Método

2.2.1. Participantes.

Procurar-se-á explorar o fenómeno de ciberstalking entre os estudantes universitários, população que tendencialmente mais participa em estudos de investigação, se atendermos à população em geral, como também a que mais utiliza os meios eletrónicos como ferramenta de comunicação (Instituto Nacional de Estatística, 2012). Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2012), 96.8% os indivíduos entre

16 e os 24 anos usam internet e 95.4% dos estudantes do ensino superior têm acesso à internet. A escolha da população universitária deve-se também a uma facilidade de investigação, não só pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, mas também por uma questão de necessidade de obtenção de autorizações, processo que é moroso quando se investiga com crianças e adolescentes (Pereira & Matos, 2015).

Esta população não só é uma boa escolha devido ao seu uso dos meios eletrónicos de comunicação, como também são uma população sobre a qual incide uma taxa de vitimação por stalking que é significativa. Para participar neste estudo existe um requisito, o de ser estudante universitário. Os critérios de exclusão verificam-se mediante a existência de evidência de que o indivíduo não se encontrava, no presente momento, a frequentar o ensino superior.

Todos os estudantes universitários em Portugal poderiam participar, independentemente da instituição universitária, localização da mesma ou características sociodemográficas.

Participaram nesta investigação 682 pessoas, sendo posteriormente eliminados 9 que não cumpriam os requisitos necessários, o que resultou num total de 673 estudantes universitários, de 77 instituições de ensino superior em Portugal, dos quais 15.3% da amostra pertencentes à Universidade Fernando Pessoa e 11% pertencentes ao Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

Quanto à caracterização da amostra, a idade dos participantes variou entre os 17 anos e os 64 anos, sendo a média de 23.50 anos (DP=5.887). Para efeitos de análise estatística, foram criados grupos de idades, entre os 17 e os 20 anos (27.6%,

$n=186$), entre os 21 e os 24 anos (48%, $n=323$), entre os 25 e os 30 anos (15.6%, $n=105$), entre os 31 e os 44 anos (6.8%, $n=46$) e com mais de 44 anos de idade (1.9%, $n=13$). O sexo dos participantes corresponde às mulheres o valor de 70.6% ($n=475$) e aos homens o de 29.4% ($n=198$). Sobre os distritos de residência dos estudantes, foram recolhidos respostas de participantes de todos os distritos. Foi feita ainda uma divisão do país em regiões para se poder fazer uma análise estatística por regiões, contudo, essa divisão não segue a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT), uma vez que a divisão pela pelo NUTS divide alguns distritos em regiões distintas. Face a isto, os distritos foram divididos em quatro regiões. A região Norte (34%, $n=229$) engloba 8 distritos, os quais Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. A região Centro (32.1%, $n=216$) engloba 6 distritos, sendo eles Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém. Na região Sul (28.7%, $n=193$) contamos com 4 distritos, os quais Beja, Évora, Faro e Setúbal. Por fim, na região das Ilhas (5.2%, $n=35$) contamos com os Açores e Madeira. Sobre o estado civil dos participantes, os solteiros correspondem a 93.3% ($n=628$), os casados a 5.6% ($n=38$) e os divorciados a 1% ($n=7$). No que concerne ao ano de escolaridade que frequentam, os alunos que frequentavam uma licenciatura eram 63.2% ($n=425$), os de mestrado correspondem a 35.4% ($n=238$) e os de doutoramento a 1.5% ($n=10$). Por fim, sobre a situação amorosa à data do questionário, 54.8% ($n=369$) mantêm atualmente uma relação, 5.5% ($n=37$) mantem relações ocasionais e 39.7% ($n=267$) não mantêm atualmente uma relação.

Tabela 1. *Características sociodemográficas da amostra (N= 671).*

Característica		<i>n</i>	%
Sexo	Masculino	198	29.4
	Feminino	475	70.6
Grupos etários	17 a 20 anos	186	27.6
	21 a 24 anos	323	48.0
	25 a 30 anos	105	15.6
	31 a 44 anos	46	6.8
	+44 anos	13	1.9
Distrito	Açores	27	4.0
	Aveiro	37	5.5
	Beja	13	1.9
	Braga	21	3.1
	Bragança	36	5.3
	Castelo Branco	11	1.6
	Coimbra	11	1.6
	Évora	10	1.5
	Faro	11	1.6
	Guarda	7	1.0
	Leiria	16	2.4
	Lisboa	156	23.2
	Madeira	8	1.2
	Portalegre	9	1.3
	Porto	96	14.3
	Santarém	13	1.9
	Setúbal	159	23.6
	Viana do Castelo	11	1.6
	Vila Real	16	2.4
Viseu	5	.7	
Região	Norte	229	34.0
	Centro	216	32.1
	Sul	193	28.7
	Ilhas	35	5.2
Estado civil	Solteiro(a)	628	93.3
	Divorciado(a)	7	1.0
	Casado(a)	38	5.6
Grau académico	Licenciatura	425	63.2
	Mestrado	238	35.4
	Doutoramento	10	1.5
Situação amorosa	Mantém atualmente relação	369	54.8
	Mantém relações ocasionais	37	5.5
	Não mantém uma relação	267	39.7

2.2.2. Instrumentos

No que concerne às investigações sobre stalking e ciberstalking é de extrema importância recorrer ao autorrelato, forma mais prática de detetar vítimas de stalking, algo que nos permite aproximar da real prevalência, uma vez que o número de denúncias à polícia é baixo, tal como acontece no estudo de Fisher e colaboradores (2002) em que obteve 13.1% de prevalência de vitimação de stalking, mas dessas vítimas, apenas 17% denunciou o caso às autoridades, algo que dificulta o acesso às vítimas de stalking sem ser pela via do autorrelato e justifica o uso do mesmo (Ménard & Pincus, 2012), não obstante, em Portugal, o stalking não ser criminalizado.

Para a obtenção de dados sociodemográficos foi criado um questionário, administrado em conjunto com os restantes instrumentos. Neste questionário, foram recolhidas informações sobre os participantes, sendo essas informações referentes ao sexo, distrito onde reside, a instituição de ensino superior onde se encontra a estudar, em que ano curricular se encontra de momento, estado civil e a sua situação amorosa.

Para avaliar a prevalência do ciberstalking em estudantes universitários foi aplicada a Escala de Avaliação do Ciberstalking, instrumento traduzido e adaptado para a população portuguesa por Carvalho e Matos (2010, citado por Carvalho, 2010) a partir do Cyber Obsessional Pursuit, de Spitzberg e Cupach (1999, citado por Carvalho, 2010). Este instrumento é composto, originalmente por 24 itens e, na versão traduzida, por 27 itens que avaliam a ocorrência de experiências de ciberstalking. O

instrumento subdivide-se em quatro fatores, o fator um a “transferência para a vida real” (itens 6, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26), fator dois “hiperintimidade” (itens 1, 2, 3, 4 e 5), fator três “ameaça” (itens 7, 8, 9, 12, 15, 16 e 17) e fator quatro “sabotagem” (itens 13 e 14). Para efeitos de investigação, Spitzberg e Hoobler (2002) consideram que o indivíduo avaliado terá sido vítima ciberstalking se este tiver confirmado ter experienciado, pelo menos, um dos comportamentos de ciberstalking. A escala não possui pontos de corte mas é possível utilizar uma pontuação global através do somatório direto de todos os itens para calcular a frequência de vitimação, pelo que um valor mais elevado corresponde a uma maior frequência de exposição (Carvalho, 2010). No que diz respeito às suas capacidades psicométricas, sobre a consistência interna da Escala de Avaliação de Ciberstalking, Carvalho (2010) obteve um alfa de Cronbach geral de .916. Sobre cada uma das subescalas, a transferência para a vida real apresentou um valor de .933, a subescala de hiperintimidade um valor de .887, a de ameaça um valor de .857 e a de sabotagem um valor de .782. No presente estudo, a Escala de Avaliação de Ciberstalking apresentou um alfa de *Cronbach* geral de .92. Para as suas subescalas, a transferência para a vida real apresentou um valor de .83, a subescala de hiperintimidade um valor de .88, a subescala de ameaça um valor de .81 e a subescala de sabotagem um valor de .86. O instrumento em si é constituído por 27 itens, com cada um desses itens a corresponder a diferentes experiências de ciberstalking sobre as quais o avaliado poderá relatar a frequência da experiência através de uma escala tipo likert de cinco pontos, composta pelas categorias: *nunca, uma vez, duas a três vezes, quatro a cinco vezes e mais de cinco vezes*. Segundo

Carvalho (2010), os itens 18 (“Colocar escutas no seu carro, casa, escritório”), 24 (“Conhecê-lo primeiro online e depois ameaçá-lo”) e 27 (“Outros meios não mencionados acima”) não foram incluídos nas subescalas devido a apresentarem singularidade e não permitirem executar a análise fatorial. Os itens 10 (“Enviar fotografias ou imagens ameaçadoras”) e 11 (“Expor informação privada sobre si aos outros”) também não foram incluídos em qualquer subescala por apresentarem baixos valores de saturação. Na presente investigação, foram mantidos os mesmos itens dos autores. As mesmas subescalas dos autores foram replicadas, com os mesmos itens a serem incluídos em cada subescala correspondente e os mesmos itens a serem excluídos de qualquer subescala.

Para determinar as estratégias de coping utilizadas pelas vítimas de ciberstalking foi aplicado o instrumento Escala de Coping no Stalking, *Stalking Coping Measure* de Spitzberg (2011, citado por Cupach & Spitzberg, 2014), na sequência dos restantes questionários e somente no caso de o participante relatar ser vítima de ciberstalking. Este instrumento foi traduzido e adaptado para a população portuguesa no âmbito da presente dissertação, por João Carrasquinho, Ana Isabel Sani e Cristina Soeiro (2014). O instrumento tem o intuito de avaliar as estratégias usadas pelo indivíduo para lidar com a ameaça resultante do ciberstalking. O *Stalking Coping Measure* é uma escala que recorre ao autorrelato e que apresenta 40 estratégias de resolução de problemas específicas para o ciberstalking, agrupadas em cinco fatores: o primeiro “negação e minimização de comportamentos” (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), o segundo “procura de apoio junto de terceiros” (itens 9, 10, 11, 12 e 13), o terceiro

“confronto” (itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21), o quarto “evitar contactos” (itens 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33) e o quinto “negociar com o stalker” (itens 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40). Cada estratégia é pontuada numa escala que mede a frequência do evento, através de uma escala tipo likert de 7 pontos, composta pelas seguintes categorias: *nunca, uma vez, duas ou três vezes, quatro ou cinco vezes, seis a dez vezes, onze a vinte cinco vezes e mais de vinte cinco vezes*. A pontuação é calculada pela soma dos itens de cada subescala, como forma de apurar a frequência com que a vítima recorreu a cada tipo de estratégia de coping (Cupach & Spitzberg, 2014). No que concerne às capacidades psicométricas deste instrumento na presente investigação, nomeadamente à sua consistência interna, apresentou um alfa de Cronbach geral de .94. Para as suas subescalas, a negação e minimização de comportamentos obteve um valor de .81, a procura de apoio junto de terceiros um valor de .72, o confronto um valor de .74, o evitar contactos um valor de .91 e o negociar com o *stalker* um valor de .83. As mesmas subescalas, num estudo do autor original (Nguyen, Spitzberg & Lee, 2012) registaram na subescala de negação e minimização de comportamentos um valor de .91, na de procura de apoio junto de terceiros um valor de .77, o confronto um valor de .87, o evitar contactos um valor de .88 e negociar com o *stalker* um valor de .92. Na análise fatorial executada, os cinco fatores explicam uma variância de 54.09%. Face aos valores obtidos, foi possível manter o mesmo número de itens da versão original do instrumento, bem como os seus fatores.

2.2.3. Procedimento

Uma questão que se impõe quando elaboramos um estudo que envolve a recolha de dados através de um questionário *online*, são vários os pontos positivos e negativos a apontar, perante a dúvida sobre a influência do método de recolha online sobre os resultados obtidos. Segundo a literatura nesta matéria (Deutskens, de Ruyter, & Wetzels, 2006; Teo, 2013), a aplicação de um questionário *online* confere à investigação vários aspetos positivos, nomeadamente a necessidade de imprimir os questionários e poupar dinheiro com impressões, a possibilidade de utilizar material interativo, imagens e cores e recolher amostra em diversos locais e contextos, sem ter que se deslocar. O processamento da informação de cada questionário é feita de forma correta pois as respostas são automaticamente colocadas numa grelha de respostas, ao invés do uso de questionários em papel, em que o investigador tem de inserir cada questionário na grelha, o que leva ao risco de cometer erros, para além de necessitar de mais tempo. Contudo, alguns aspetos negativos são apontados ao método *online*, como a incapacidade de obter pessoas de estratos socioeconómicos mais baixos, que não têm as mesmas condições de acesso à internet. Outro ponto negativo relaciona-se com a capacidade do investigador em manusear os instrumentos e programas para a elaboração do questionário, que necessita de mais tempo a preparar e tem mais detalhes a ajustar do que em papel onde é simples.

Um dos possíveis problemas em aplicar questionários *online* é avançado por Teo (2013), onde refere que há a possibilidade de o participante encarar o questionário de uma maneira diferente do que seria em papel, pelo que a internet permitir-lhe-ia

responder de outra forma. Face a esta hipótese, Teo realizou um estudo para apurar se a aplicação de questionários *online* vai enviesar os dados obtidos, ao procurar saber se as escalas aplicadas são equivalentes em ambos os métodos. Os resultados obtidos revelaram que não existe variação a nível dos parâmetros, das escalas e a nível métrico, ao comparar a amostra *online* com a amostra em papel, o que aprova a validade de ambos os métodos como método de investigação.

Posto isto, o método escolhido para a recolha de dados foi o método *online*. Para a realização do presente estudo os instrumentos foram disponibilizados e divulgados através Internet, com recurso à ferramenta Google Docs, uma das ferramentas do Google que permite a realização de questionários e recolha de dados, assegurando o anonimato dos participantes. Prévio ao preenchimento dos instrumentos será apresentado um consentimento informado, no qual foram explicados os objetivos da investigação bem como as condições de participação. Somente a após a aceitação do participante seria possível prosseguir para os questionários. Os questionários foram apresentados pela seguinte ordem: Questionário sociodemográfico, Escala de Avaliação de Ciberstalking e Escala de Coping no Stalking. Este último questionário só foi apresentado na condição de responder “*Sim*” à pergunta “*Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?*”, pergunta essa colocada após o preenchimento da Escala de Avaliação de Ciberstalking. Todos os questionários foram de autorrelato e o seu preenchimento demorava cerca de 10 minutos, apesar de não ser atribuído qualquer limite de tempo para o seu preenchimento.

Os dados foram reunidos numa grelha de excel e transpostos para o programa informático *Statistical Package for Social Sciences – version 20* (SPSS 20), sendo realizadas análises quantitativas determinadas com o objetivo de fundamentar as respostas às questões de estudo e problema de investigação. Nesse sentido, foram realizadas análises de frequências para apurar a frequência de cada variável sociodemográfica, bem como das respostas à Escala de Avaliação de Cyberstalking e à Escala de Coping no Stalking e seus correspondentes fatores. Consequentemente, para testar as hipóteses, recorri a testes paramétricos para testar as variáveis *sexo* e *idade*, por serem as únicas que cumpriram os pressupostos para a realização destes testes. Para as variáveis *idade (por grupos)*, *região*, *estado civil*, *grau académico* e *situação amorosa*, a análise foi feita com recurso a testes não paramétricos de diferenças.

2.3. Apresentação dos Resultados

Segue-se a apresentação dos resultados obtidos através da análise estatística dos dados recolhidos juntos dos estudantes universitários. Para efeitos de análise descritiva, iremos ter em conta a frequência de cada item da Escala de Avaliação de Cyberstalking, bem como os resultados obtidos para cada subescala, como forma de determinar quais os comportamentos de vitimação mais comuns. Em seguida apresentamos os resultados que nos permitem obter resposta às questões de estudo e problema de investigação.

Para a prevalência de cyberstalking foram consideradas as pontuações totais obtidas na Escala de Avaliação de Cyberstalking. Para determinar o tipo de estratégias

de coping que as vítimas utilizam foram analisadas a frequência de cada item da Escala de Coping no Stalking, bem como as suas subescalas. Por fim, apresenta-se uma análise estatística inferencial, que nos permite, através dos testes de diferenças paramétricos e não paramétricos, apurar quais as características sociodemográficas das vítimas de ciberstalking e as estratégias de coping por si utilizadas.

2.3.1. Análise descritiva de frequências por item.

Começamos por uma análise às respostas obtidas na Escala de Avaliação de Ciberstalking, de forma a ter a perceção da frequência destes comportamentos.

Ao analisar a tabela 2, uma das conclusões que podemos retirar é a ideia de que não há nenhum comportamento de ciberstalking que afete a maioria da amostra. Contudo, há alguns comportamentos que foram experienciados por quase metade da amostra, como são os casos do item “enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes”, comportamento de ciberstalking de maior prevalência e experienciado por 47.8% da amostra, dos quais 8.6% experienciou mais de cinco vezes este tipo de comportamento. Outro dos comportamentos que os estudantes universitários mais foram alvo foi o “envio de mensagens exageradas de afeto”, com 44% da amostra a ser alvo de tal comportamento, dos quais 7.3% mais do que cinco vezes. O “envio de objetos de afeto” surge como o terceiro comportamento que mais vítimas experienciam, em 42.5% das situações, nas quais 7.9% por mais do que cinco vezes. Estes três comportamentos demonstram que a maioria dos eventos de ciberstalking pressupõem um assédio indesejado por parte da vítima e uma interação por parte do

ciberstalker que pressupõe um nível de intimidade excessivo e um assédio contínuo, como demonstrado por serem comportamentos recorrentes, tal como no caso do item “envio de mensagens excessivamente carentes ou exigentes”, com 16% a ser alvo uma vez, 17.4% por duas a três vezes, 5.8% por quatro a cinco vezes e 8.6% por mais de cinco vezes. Outros dos comportamentos de ciberstalking com maior frequência são o “envio de mensagens excessivamente relevadoras” (35.5%), o “constantemente monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social” (29.6%), o “fingir ser alguém que não é” (28.5%), o “sabotar a sua relação” (23.9%), relação essa de intimidade e, por último, o “envio de mensagens de assédio sexual” (22.1%). Estes comportamentos poderão ter por base motivacional a tentativa de obter uma relação íntima, com várias alternativas para concretizar o objetivo. O fingimento de uma pessoa que não é pode ter a intenção de interagir com a vítima para saber informações sobre esta para mais tarde usar a seu favor, comportamento que é facilitado pela interação através de meios eletrónicos. Já o sabotar da relação íntima poderá levar a vítima a terminar o seu atual relacionamento e a aumentar a disponibilidade para uma relação íntima.

Tabela 2

Tabela de resposta da Escala de Avaliação de Cyberstalking, por item e categoria, em frequência.

Subescalas	Itens	Frequência									
		Nunca	%	Uma vez	%	2 a 3 vezes	%	4 a 5 vezes	%	Mais de 5 vezes	%
		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>	
Transferência para a vida real	Assediar o seu avatar num grupo cibernético	608	90.3	38	5.6	16	2.4	4	0.6	7	1.0
	Modificar a sua identidade eletrónica	622	92.4	35	5.2	10	1.5	0	0.0	6	0.9
	Apoderar-se da sua identidade eletrónica	606	90.0	44	6.5	11	1.6	3	0.4	9	1.3
	Dirigir outros para si de formas ameaçadoras	640	95.1	18	2.7	9	1.3	0	0.0	6	0.9
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois segui-lo(a)	632	93.9	27	4.0	10	1.5	2	0.3	2	0.3
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois intrometer-se na sua vida	602	89.5	52	7.7	14	2.1	2	0.3	3	0.4
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois feri-lo(a)	661	98.2	6	0.9	5	0.7	0	0.0	1	0.1
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois persegui-lo(a)	642	95.4	19	2.8	7	1.0	3	0.4	2	0.3
Hiperintimidade	Enviar objetos de afeto	387	57.5	97	14.4	112	16.6	24	3.6	53	7.9

	Enviar mensagens exageradas de afeto	377	56.0	101	15.0	115	17.1	31	4.6	49	7.3
	Enviar mensagens excessivamente reveladoras	434	64.5	105	15.6	73	10.8	21	3.1	40	5.9
	Enviar mensagens excessivamente "carentes" ou exigentes	351	52.2	108	16.0	117	17.4	39	5.8	58	8.6
	Constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social	474	70.4	85	12.6	76	11.3	19	2.8	19	2.8
Ameaça	Enviar mensagens ou imagens pornográficas/obscenas	560	83.2	64	9.5	29	4.3	8	1.2	12	1.8
	Enviar mensagens escritas ameaçadoras	569	84.5	51	7.6	29	4.3	9	1.3	15	2.2
	Enviar mensagens de assédio sexual	524	77.9	79	11.7	38	5.6	12	1.8	20	3.0
	Fingir ser alguém que não é	481	71.5	112	16.6	55	8.2	9	1.3	16	2.4
	Tentar desativar o seu computador	606	90.0	38	5.6	16	2.4	5	0.7	8	1.2
	Obter informação privada sem permissão	546	81.1	78	11.6	30	4.5	5	0.7	14	2.1
	Usar o seu computador para obter informações sobre os outros	603	89.6	47	7.0	15	2.2	1	0.1	7	1.0
Sabotagem	Sabotar a sua relação	512	76.1	73	10.8	57	8.5	16	2.4	15	2.2
	Sabotar a sua relação no trabalho/escola	541	80.4	69	10.3	39	5.8	14	2.1	10	1.5
	Enviar fotografias ou imagens ameaçadoras	646	96.0	15	2.2	9	1.3	0	0.0	3	0.4

Expor informação privada sobre si aos outros	585	86.9	53	7.9	24	3.6	2	0.3	9	1.3
Colocar escutas no seu carro, casa, escritório	661	98.2	8	1.2	3	0.4	0	0.0	1	0.1
Conhecê-lo(a) primeiro online e depois ameaça-lo(a)	654	97.2	10	1.5	5	0.7	2	0.3	2	0.3

Como parte dos comportamentos com menos frequência, temos o “conhecê-lo primeiro *online* e depois feri-lo” (1.8%), “colocar escutas no seu carro, casa, escritório” (1.8%), “conhecê-lo primeiro online e depois ameaçá-lo” (2.8%), “enviar fotografias ou imagens ameaçadoras” (4%), “conhecê-lo primeiro online e depois persegui-lo” (4.6%) e “dirigir outros para si de formas ameaçadoras” (4.9%). Estes comportamentos pressupõem formas mais elaboradas de assédio, com a sua maioria a pressupor a passagem dos contactos por via cibernética para a vida real e o último a implicar o envolvimento de outros nos episódios de ciberstalking, com estes segundos elementos a prejudicarem a vítima.

Os comportamentos de ciberstalking também são agrupados em quatro categorias de comportamentos de ciberstalking.

Tabela 3

Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Avaliação de Ciberstalking.

Média ponderada das subescalas do EAC				
	EAC - Transferência para a vida real	EAC - Hiperintimidade	EAC - Ameaça	EAC - Sabotagem
Média	.1094	.8202	.2989	.3893
Desvio Padrão	.3187	.9893	.5262	.8027

Ao olhar para a tabela 3 é possível verificar que existe uma baixa incidência nos vários tipos de comportamentos, dados os valores obtidos serem valores baixos. Ainda assim, a maioria dos comportamentos de ciberstalking que os estudantes universitários são alvo correspondem aos comportamentos de hiperintimidade, isto é,

comportamentos que pressupõem um nível de intimidade superior àquele que existe na relação entre o *ciberstalker* e a vítima, com uma média ponderada de 0.82. Os comportamentos de sabotagem são o segundo tipo de comportamentos de ciberstalking que os estudantes universitários mais experienciam, ao registrar uma média ponderada de 0.39, seguindo-se as categorias de ameaça e transferência para a vida real com médias ponderadas de 0.30 e 0.11 respetivamente. A média mais elevada nos comportamentos de hiperintimidade reforçam a posição do ciberstalking como uma forma de violência que pressupõe um assédio indesejado e consequente motivação para estabelecer uma relação de intimidade indesejada. Os restantes comportamentos têm usualmente como base motivacional para o assédio a procura de retaliação causada pela rejeição, nos quais a sabotagem das relações próximas da vítima assume-se como um dos comportamentos mais frequentes.

2.3.2. Prevalência de ciberstalking nos estudantes universitários

Questão de estudo 1: Qual a prevalência do ciberstalking na população universitária?

Como forma de responder à questão de estudo, foi colocada uma questão no questionário, após o preenchimento do questionário sociodemográfico e da Escala de Avaliação de Ciberstalking, que perguntava aos estudantes universitários “alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?” Esta pergunta permite-nos ter uma noção da prevalência do ciberstalking com os estudantes universitários a fazerem o reconhecimento de que são vítimas de

ciberstalking. Contudo, segundo Spitzberg e Hoobler (2002), consideramos como vítima os indivíduos que assinalem ter sido alvo de pelo menos um comportamento de ciberstalking. Face a esta definição, foi apurada a prevalência real de ciberstalking, ao fazer o somatório de todos os itens da escala. Assim, quantos mais pontos o indivíduo pontuar, mais severa é a vitimação. A escala permite obter um máximo de 104 pontos, sendo o indivíduo considerado vítima para efeitos de estudo se obtiver 1 ou mais pontos. Perante estes dados, vamos analisar a tabela 4.

Tabela 4

Tabela de prevalência autorrelatada vs prevalência real de ciberstalking.

		Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?		Total
		Sim	Não	
Prevalência real	Frequência	3	205	208
	%	0.4	30.5	30.9
Total	Frequência	244	429	673
	%	36.3	63.7	100.0

Consoante os resultados obtidos, quando questionados se foram alvo de comportamentos de assédio indesejado através de meios eletrónicos, 36.3% dos estudantes universitários reconheceram ser vítimas de ciberstalking, algo que fixa essa percentagem como a taxa de prevalência autorrelatada pelos estudantes universitários. Sobre a taxa de prevalência real, isto é, os indivíduos que foram alvo de, pelo menos, um comportamento de ciberstalking, a prevalência aumenta para os 69.1%, uma vez que a percentagem de indivíduos que pontuou zero na Escala de Avaliação de

Ciberstalking foi de 30.9%. A diferença entre ambas as prevalências é notória, algo que vai ao encontro da dificuldade da vítima em reconhecer que é vítima de ciberstalking bem como a dificuldade em identificar os comportamentos de ciberstalking e, conseqüentemente, a incapacidade de atuar perante tais comportamentos.

2.3.3. Estatística inferencial.

Questão de estudo 2: Quais as características sociodemográficas da vítima de ciberstalking?

De forma a dar resposta à questão de estudo apresentamos as correlações entre as variáveis sociodemográficas e as subescalas de ambos os instrumentos, como forma a perceber não só quais as características da vítima de ciberstalking, como também a sua relação com o tipo de comportamentos de assédio.

Tabela 5

Diferenças significativas entre a subescala de hiperintimidade em função do sexo:

Resultado do Teste-T.

	Sexo	<i>n</i>	Média	Desvio Padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
EAC - Hiperintimidade	Masculino	198	3.4697	4.81185	-2.174**	.030
	Feminino	475	4.3642	4.98352		

**p<.05

Sobre a variável sexo em comparação com as subescalas do EAC, ao examinar a Tabela 5, podemos concluir que existem diferenças entre sexo e os comportamentos

de hiperintimidade ($t = -2.174$; $p = .030$). O sexo feminino, em média, é alvo de mais comportamentos de hiperintimidade ($M = 4.36$, $DP = 4.98$) do que o sexo masculino ($M = 3.47$, $DP = 4.81$).

Tabela 6

Diferenças significativas entre as subescalas de transferência para a vida real e de sabotagem em função da região: Resultado do teste Kruskal-Wallis.

	Região	n	Média	
EAC – Transferência para vida real	Norte	229	324.46	$\chi^2(3) = 12.875^{**}$, $p = .005$
	Centro	216	333.80	
	Sul	193	339.82	
	Ilhas	35	423.26	
EAC - Sabotagem	Norte	229	335.98	$\chi^2(3) = 8.525^{**}$, $p = .036$
	Centro	216	325.88	
	Sul	193	338.09	
	Ilhas	35	406.29	

** $p < .05$

Consoante os resultados da tabela 6, é possível concluir que existem diferenças significativas entre as regiões e duas das subescalas do EAC, transferência para a vida real ($\chi^2(3) = 12.875$, $p = .005$) e a sabotagem ($\chi^2(3) = 8.525$, $p = .036$). Para ambas subescalas, os resultados indicam médias semelhantes entre as regiões continentais, mas uma média superior para a região das ilhas, tanto para a transferência para a vida real ($M = 423.26$), como para a sabotagem ($M = 406.26$), o que indica que as pessoas desta região são alvo deste tipo de comportamentos.

Tabela 7

Diferenças significativas entre as subescalas do EAC em função do estado civil:

Resultado do teste Kruskal-Wallis.

	Estado Civil	<i>n</i>	Média	
EAC – Transferência para a vida real	Solteiro(a)	628	336.09	$\chi^2(2) = 13.911^{***}$, $p = .001$
	Divorciado(a)	7	545.14	
	Casado(a)	38	313.75	
EAC – Hiperintimidade	Solteiro(a)	628	340.08	$\chi^2(2) = 8.899^{**}$, $p = .012$
	Divorciado(a)	7	459.86	
	Casado(a)	38	263.50	
EAC – Ameaça	Solteiro(a)	628	337.54	$\chi^2(2) = 11.541^{**}$, $p = .003$
	Divorciado(a)	7	540.43	
	Casado(a)	38	290.63	
EAC - Sabotagem	Solteiro(a)	628	337.09	$\chi^2(2) = 12.636^{**}$, $p = .002$
	Divorciado(a)	7	522.50	
	Casado(a)	38	301.28	

*** $p < .01$

** $p < .05$

No que concerne ao estado civil, ao analisar a tabela 7, é possível verificar que existem diferenças significativas entre os estados civis e todas as subescalas do EAC. Para a transferência para a vida real ($\chi^2(2) = 13.911$, $p = .001$), os solteiros (M= 336.09) obtiveram uma média mais alta do que os casados (M= 313.75) e os divorciados (M= 545.14) registraram uma média mais elevada. Sobre os comportamentos de hiperintimidade ($\chi^2(2) = 8.899$, $p = .012$), as diferenças são notórias entre solteiros (M= 340.08), casados (M= 263.50) e divorciados (M= 459.86). Os comportamentos de ameaça ($\chi^2(2) = 11.541$, $p = .003$) repetem a tendência obtidas nas anteriores subescalas, com os casados (M= 290.63) a terem a média mais baixa, depois os solteiros (M= 337.54) e os divorciados (M= 540.43) com a média de

comportamentos mais elevada. Por fim, para os comportamentos de sabotagem ($\chi^2(2) = 12.636, p = .002$), os casados ($M= 301.28$) voltam apresentar média mais baixa que os solteiros ($M= 337.09$) e os divorciados ($M= 522.50$) apresentam a média mais alta.

Tabela 8

Diferenças significativas entre a subescala de transferência para a vida real em função do grau acadêmico: Resultado do teste Kruskal-Wallis.

	Grau acadêmico	<i>N</i>	Média	
EAC – Transferência para a vida real	Licenciatura	425	343.84	$\chi^2(2) = 6.422^{**}, p = .040$
	Mestrado	238	321.24	
	Doutoramento	10	421.10	

** $p < .05$

Também a tabela 8 nos apresenta diferenças significativas entre o grau acadêmico que o estudante frequenta e uma das subescalas do EAC, a transferência para a vida real ($\chi^2(2) = 6.422, p = .040$). Os alunos de mestrado ($M= 321.24$) registaram a média mais baixa deste tipo de comportamentos. Seguem-se os alunos de licenciatura ($M= 343.84$) e os alunos de doutoramento ($M= 421.10$) apresentam a média mais elevada.

Tabela 9

Diferenças significativas entre as subescalas do EAC em função da situação amorosa: Resultado do teste Kruskal-Wallis.

	Situação amorosa	<i>N</i>	Média	
EAC – Transferência para a vida real	Mantenho atualmente uma relação	369	343.84	$\chi^2(2) = 17.938^{***}, p = .000$
	Mantenho relações ocasionais	37	321.24	
	Não mantenho atualmente uma relação	267	421.10	
EAC – Hiperintimidade	Mantenho atualmente uma relação	369	340.08	$\chi^2(2) = 8.668^{**}, p = .013$
	Mantenho relações ocasionais	37	459.86	
	Não mantenho atualmente uma relação	267	263.50	
EAC – Ameaça	Mantenho atualmente uma relação	369	337.54	$\chi^2(2) = 9.041^{**}, p = .011$
	Mantenho relações ocasionais	37	540.43	
	Não mantenho atualmente uma relação	267	290.63	
EAC - Sabotagem	Mantenho atualmente uma relação	369	337.09	$\chi^2(2) = 5.579^{**}, p = .037$
	Mantenho relações ocasionais	37	522.50	
	Não mantenho atualmente uma relação	267	301.28	

*** $p < .01$

** $p < .05$

Seguem-se os resultados obtidos em relação à situação amorosa, nos quais são registadas diferenças significativas entre as várias situações amorosas e as quatro subescalas do EAC. Nos comportamentos de transferência para a vida real ($\chi^2(2) = 17.938, p = .000$) a média de comportamentos mais baixa é das pessoas que mantêm relações ocasionais (M= 321.24), com as pessoas que mantêm atualmente uma relação (M= 343.84) a ter uma média superior e os que não mantêm atualmente uma relação (M= 421.10) a obterem a média mais elevada. Sobre os comportamentos de hiperintimidade ($\chi^2(2) = 8.668, p = .013$) nota-se uma tendência diferente, as pessoas que não mantêm atualmente uma relação apresentam a média mais baixa (M= 263.50), seguem-se as pessoas que mantêm atualmente uma relação (M= 340.08) e as pessoas que mantêm relações ocasionais (M= 459.86) apresentam a média mais elevada. A mesma tendência mantém-se quando falamos de comportamentos de ameaça ($\chi^2(2) = 9.041, p = .011$), as pessoas que não mantêm atualmente uma relação (M= 290.63) apresentam uma média inferior aos que mantêm atualmente uma relação (M= 337.54) e quem mantêm relações ocasionais (M= 540.43) apresenta uma média destes comportamentos mais elevada. Por fim, os comportamentos de sabotagem ($\chi^2(2) = 5.579, p = .037$) apresentam a mesma tendência, com as pessoas que não mantêm atualmente uma relação (M= 301.28) a apresentar a média mais baixa destes comportamentos, seguidos das pessoas que mantêm atualmente uma relação (M= 337.09) e as pessoas que mantêm relações ocasionais (M= 522.50) com uma média mais alta deste tipo de comportamentos.

2.3.3. Estratégias de coping das vítimas de cyberstalking.

Questão de estudo 3: Quais as estratégias de coping utilizadas pelas vítimas de cyberstalking?

A resposta ao problema de investigação encontra-se junto das respostas obtidas com a Escala de Coping no Stalking, escala que foi preenchida por todos os estudantes universitários que se identificaram como vítimas de cyberstalking.

Ao analisar a tabela 10 é possível ter a perceção de quais as estratégias de coping mais utilizadas e menos utilizadas para enfrentar a situação adversa em que se encontraram. A estratégia de coping mais utilizada foi “ignorar o problema”, estratégia de coping usada por 79.5% das vítimas, das quais 22.1% utilizou uma vez, 27% utilizou duas a três vezes e mais de 25 vezes por 10.2%. A estratégia “minimizar o problema na sua própria mente” foi usada por 76.2% das vítimas, das quais 20.5% usou uma vez, 26.6% usou duas a três vezes e 7.8% por mais de 25 vezes. Outras estratégias de coping mais utilizadas pelas vítimas passam por distanciar-se (68%), usar técnicas verbais de “escapatória” (62.3%), ignorar os comportamentos da pessoa (60.7%), despersonalizar (57.8%) e controlar a interação (54.1%). Pelo outro lado, as estratégias menos utilizadas pelas vítimas foram procurar ajuda independente/privada (4.5%), manter um processo na justiça (4.9%), usar violência física (6.1%), seguir uma escapatória autodestrutiva (6.6%), mudar de local (7.8%), iniciar um processo na justiça (9.8%), responder ao usar retaliações eletrónicas (9.8%).

Tabela 10. Tabela de resposta da Escala de Coping no Stalking, por item e categoria, em frequência.

Subescalas	Itens	Frequência													
		Nunca	%	Uma vez	%	2 a 3 vezes	%	4 a 5 vezes	%	6 a 10 vezes	%	11 a 25 vezes	%	Mais de 25 vezes	%
		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>	
Negação e minimização de comportamentos	Ignorar o problema	50	20.5	54	22.1	66	27.0	25	10.2	15	6.1	9	3.7	25	10.2
	Minimizar o problema na sua própria mente	58	23.8	50	20.5	65	26.6	24	9.8	15	6.1	13	5.3	19	7.8
	Negar o problema	158	64.8	27	11.1	29	11.9	11	4.5	10	4.1	1	0.4	8	3.3
	Culpar-se a si mesmo	155	63.5	29	11.9	30	12.3	14	5.7	2	0.8	3	1.2	11	4.5
	Procurar terapias	204	83.6	17	7.0	7	2.9	4	1.6	2	0.8	2	0.8	8	3.3
	Procurar um significado no geral	112	45.9	50	20.5	43	17.6	21	8.6	5	2.0	7	2.9	6	2.5
	Procurar um significado num contexto	171	70.1	29	11.9	23	9.4	9	3.7	7	2.9	0	0.0	5	2.0
Procura de apoio junto de terceiros	Seguir uma escapatória autodestrutiva	228	93.4	7	2.9	6	2.5	0	0.0	0	0.0	1	0.4	2	0.8
	Procurar a compaixão dos outros	168	68.9	26	10.7	28	11.5	9	3.7	7	2.9	3	1.2	3	1.2
	Procurar suporte social	127	52.0	40	16.4	36	14.8	19	7.8	11	4.5	4	1.6	7	2.9
	Procurar o envolvimento direto de outros	150	61.5	39	16.0	36	14.8	7	2.9	7	2.9	3	1.2	2	0.8
	Procurar a aplicação da justiça/lei	219	89.8	14	5.7	7	2.9	1	0.4	1	0.4	1	0.4	1	0.4

	Procurar ajuda independente/privada	233	95.5	7	2.9	3	1.2	1	0.4	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Confronto	Tentar deter comportamentos futuros	216	88.5	8	3.3	6	2.5	10	4.1	2	0.8	0	0.0	2	0.8
	Responder ao usar retaliações eletrónicas	220	90.2	12	4.9	8	3.3	2	0.8	2	0.8	0	0.0	0	0.0
	Usar respostas protetivas perante o comportamento atual	211	86.5	14	5.7	11	4.5	2	0.8	2	0.8	2	0.8	2	0.8
	Usar respostas protetivas eletrónicas	162	66.4	34	13.9	29	11.9	11	4.5	2	0.8	3	1.2	3	1.2
	Pronunciar avisos/ameaças verbais	181	74.2	26	10.7	19	7.8	11	4.5	4	1.6	1	0.4	2	0.8
	Usar violência física	229	93.9	7	2.9	5	2.0	3	1.2	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Iniciar um processo na justiça	220	90.2	10	4.1	7	2.9	2	0.8	2	0.8	1	0.4	2	0.8
	Manter um processo na justiça	232	95.1	9	3.7	2	0.8	0	0.0	0	0.0	0	0.0	1	0.4
	Evitar contactos	Agir com cautela	116	47.5	54	22.1	36	14.8	18	7.4	4	1.6	3	1.2	13
Ignorar os comportamentos da pessoa		96	39.3	51	20.9	46	18.9	22	9.0	8	3.3	11	4.5	10	4.1
Controlar a interação		112	45.9	44	18.0	43	17.6	16	6.6	11	4.5	8	3.3	10	4.1
Distanciar-se		78	32.0	52	21.3	49	20.1	20	8.2	12	4.9	14	5.7	19	7.8
Despersonalizar		103	42.2	40	16.4	37	15.2	25	10.2	14	5.7	8	3.3	17	7.0
Desviar a atenção do		144	59.0	36	14.8	28	11.5	13	5.3	8	3.3	3	1.2	12	4.9

	perseguidor														
	Usar táticas verbais de "escapatória"	92	37.7	47	19.3	48	19.7	21	8.6	7	2.9	8	3.3	21	8.6
	Restringir a sua acessibilidade	140	57.4	28	11.5	33	13.5	13	5.3	11	4.5	7	2.9	12	4.9
	Bloquear a sua acessibilidade física	197	80.7	17	7.0	10	4.1	9	3.7	6	2.5	0	0.0	5	2.0
	Bloquear a sua acessibilidade eletrônica	136	55.7	44	18.0	27	11.1	17	7.0	11	4.5	0	0.0	9	3.7
	Mudar de local	225	92.2	11	4.5	3	1.2	2	0.8	1	0.4	1	0.4	1	0.4
	Tentar terminar a relação	119	48.8	53	21.7	34	13.9	13	5.3	6	2.5	3	1.2	16	6.6
Negociar com o <i>stalker</i>	Diminuir a seriedade da situação	155	63.5	35	14.3	21	8.6	11	4.5	11	4.5	3	1.2	8	3.3
	Tentar enganar	191	78.3	20	8.2	19	7.8	6	2.5	3	1.2	1	0.4	4	1.6
	Usar negociação para resolver problemas	168	68.9	36	14.8	18	7.4	12	4.9	7	2.9	1	0.4	2	0.8
	Negociar a definição da relação	171	70.1	28	11.5	21	8.6	8	3.3	6	2.5	1	0.4	9	3.7
	Negociar	202	82.8	19	7.8	9	3.7	5	2.0	6	2.5	1	0.4	2	0.8
	Aceitar promessas	195	79.9	20	8.2	13	5.3	4	1.6	1	0.4	3	1.2	8	3.3
	Usar agressões verbais e não-verbais	181	74.2	21	8.6	21	8.6	8	3.3	6	2.5	2	0.8	5	2.0

As estratégias apresentadas como as mais comuns são estratégias que, na sua maior frequência, envolvem sobretudo estratégias de coping de negar e minimizar os comportamentos e de evitar contactos, sendo as primeiras estratégias que são inadequadas e as de evitamento as adequadas, o que significa que as vítimas utilizam tanto estratégias inadequadas como estratégias adequadas. Contudo, é nas estratégias menos utilizadas que encontramos outro grupo de estratégias de coping assertivas, a procura de apoio junto de terceiros, estratégias que também são recomendadas pelas vítimas, tais como a procura da aplicação da lei/justiça e a procura de ajuda independente/privada, estratégias que devem passar por um maior foco de intervenção junto das vítimas, para que recorram a estratégias cada vez mais assertivas. Contudo, vamos verificar a média de respostas dadas para cada subescala da Escala de Coping no Stalking, presente na tabela 11.

Tabela 11

Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Coping no Stalking.

Média ponderada das subescalas da ECS					
	Negar/ Minimizar comportamentos	Procurar apoio junto de terceiros	Confronto	Evitar contactos	Negociar com o stalker
Média	1.0415	.5689	.2971	1.1708	.6048
Desvio Padrão	.9547	.7575	.5099	1.1404	.9040

Ao examinar a tabela 6 é possível ver que as estratégias de coping mais recorrentes são as que envolvem evitar contactos com o *stalker*, com as vítimas a

registarem uma média ponderada de 1.17. As estratégias mais utilizadas a seguir são as de negar e minimizar os comportamentos do *stalker* com média ponderada de 1.04. Como estratégias menos regulares, surge o negociar com o *stalker* com média ponderada de .60, procurar apoio junto de terceiros com média ponderada de .57 e confrontar o *stalker* com média ponderada de .30. Estes resultados indicam a tendência para o uso de um misto de estratégias adequadas e inadequadas, como é o caso das estratégias de evitar contactos, que são adequadas, e o negar e minimizar os comportamentos, como inadequada.

Torna-se ainda pertinente avaliar a correlação que as subescalas de ambos os instrumentos usados na presente investigação apresentam, com o propósito de avaliar a relação entre o cyberstalking e o coping.

Tabela 12

Correlação entre as subescalas da Escala de Avaliação de Cyberstalking e as subescalas da Escala de Coping no Stalking.

	ECS - Negar/mini- mizar os comportame- ntos	ECS - Confronto	ECS - Procura de apoio junto de terceiros	ECS - Evitar contactos	ECS - Negociação
EAC - Transferência para a vida real	,329**	,503**	,337**	,388**	,335**
EAC - Hiperintimidade	,421**	,303**	,349**	,454**	,386**
EAC - Ameaça	,436**	,485**	,439**	,472**	,403**
EAC - Sabotagem	,380**	,315**	,329**	,469**	,404**

**p<.001

Ao observar a tabela 12, podemos concluir que todas as subescalas de ambos os instrumentos se correlacionam positivamente entre si, com todos os valores a indicarem correlações moderadas. Perante este resultado, é possível indicar que, no geral, existe uma correlação moderada entre a vitimação por cyberstalking e as estratégias de coping utilizadas pelas vítimas.

2.4. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos junto da população universitária são bastante pertinentes para avaliar as características específicas do cyberstalking, os tipos de comportamentos praticados e suas frequências, bem como o tipo de respostas que a vítima utiliza para enfrentar esta situação.

O tipo de comportamentos utilizados pelo cyberstalker tem uma maior incidência nos comportamentos de hiperintimidade. Os comportamentos mais frequentes, como o “envio de mensagens excessivamente carentes ou exigentes” (47.8%), “envio de mensagens exageradas de afeto” (44%) e “envio de objetos de afeto” (42.5%), são comportamentos que pressupõem um maior nível de intimidade do que é real. Segundo Cupach e Spitzberg (1998, 2001, 2004, 2014) e a sua perspectiva do “*Obsessive Relational Intrusion*”, remete os comportamentos de stalking para o contexto das relações íntimas. Estes resultados constituem um dos vários argumentos de que o cyberstalking é, sobretudo, uma forma de violência nas relações íntimas, com recurso a comportamentos que pressupõem uma intimidade

excessiva.

Quanto ao restante tipo de comportamentos que as vítimas mais são alvo, os comportamentos de sabotagem têm a maior incidência, seguem-se as ameaças e a transferência para a vida real são os comportamentos menos frequentes. Destas três categorias, os comportamentos de transferência para a vida real são os que causam maior impacto na vítima (Spitzberg & Hoobler, 2002), contudo também são o tipo de comportamentos que registam a menor frequência, o que indica que os comportamentos mais severos são menos incidentes. Os comportamentos de sabotagem são comportamentos que causam menor impacto para a vítima, os comportamentos de ameaça causam mais impacto mas não tanto quanto a transferência para a vida real, pelo que é importante atender à motivação que o *stalker* tem quando faz tais ameaças, a frequência com que o faz e as suas intenções (Carvalho, 2010; Tokunaga, 2007).

Através da análise dos resultados obtidos é possível concluir que os comportamentos de cyberstalking visam, sobretudo, a obtenção de uma relação de intimidade ou o reatamento, algo reforçado pela frequência elevada de comportamentos de hiperintimidade e ameaça, que têm como motivação a relação íntima. Retaliação como motivação do assédio está mais presente em comportamentos de transferência para a vida real e sabotagem e a sua baixa frequência indicam também a baixa tendência para a obtenção de uma vingança.

Comparar os resultados entre a prevalência de cyberstalking autorrelatada (36.3%) e real (69.1%) permitem uma análise interessante em vários sentidos. A

diferença significativa entre ambas as percentagens de prevalência pode indiciar a incapacidade da vítima em reconhecer os comportamentos de cyberstalking como comportamentos violentos que resultam num assédio indesejado. Tokunaga (2007) avançou com a teoria da privacidade, teoria que explica que um indivíduo regula a sua privacidade *online* em função das informações privadas a seu respeito que são partilhadas. No caso do cyberstalking, a incapacidade para reconhecer-se como vítima permite que a vítima continue a partilhar com o *ciberstalker*, informações privadas a seu respeito, algo que este poderá usar mais tarde a seu favor. A desproteção também levará a vítima a estar mais vulnerável dada a continuidade do assédio sem que se aperceba. Neste sentido, são 32.8% de vítimas que não reconhecem a vitimação e que, pela falta de reconhecimento da vitimação, permitem a continuidade da exposição.

Por outro lado, a própria definição de Spitzberg e Hoobler (2002) identifica como vítima de cyberstalking os indivíduos que experienciaram pelo menos um comportamento de cyberstalking, algo que é discutível. A singularidade do evento na sua frequência indica que não há uma reiteração das condutas, nem uma continuidade do assédio. O evento, por ser isolado, poderá levar a vítima a não se reconhecer como tal.

A taxa de prevalência obtida é elevada e que vai ao encontro dos resultados registados em outras investigações conduzidas em Portugal (Carvalho, 2010) e remete para a necessidade de prevenção para atenuação da prevalência, algo possível através de ações de sensibilização ou até da criminalização desta forma de violência em Portugal (Luz, 2012).

No que concerne à estatística inferencial, são também apuradas diferenças significativas para as características sociodemográficas. Na variável sexo foi possível apurar uma diferença significativa para os comportamentos de hiperintimidade, com as mulheres a serem um alvo mais frequente destes comportamentos do que os homens, ao apresentarem uma média de 4.36 e 3.47 respectivamente. Este resultado permite-nos concluir que as mulheres são alvo de mais comportamentos de intimidade do que os homens.

Foram também apuradas diferenças significativas em função da região onde vivem para os comportamentos de transferência para a vida real e de sabotagem. Para a transferência para a vida real, o norte apresentou uma média de 324.46, o centro uma média de 333.80, o sul uma média de 339.82 e as ilhas uma média de 423.26, tendência repetida para a variável sabotagem, onde as regiões continentais apresentam valores similares e as regiões insulares uma média superior, e 406.29. Estes resultados apresentam uma tendência para uma maior vitimação nas regiões insulares.

Para o estado civil foi possível obter diferenças significativas em função das quatro dimensões de cyberstalking, nas quais se registaram tendências iguais em função das médias de comportamentos de que foram alvo, com os casados a serem alvo de menos comportamentos de cyberstalking do que os solteiros e os divorciados a serem alvo de bastantes mais comportamentos de cyberstalking. Também o WHOA (2011) confirma a tendência para os solteiros apresentarem uma maior taxa de vitimação do que os casados, contudo não apresentam dados sobre indivíduos divorciados. Pode-se assim notar uma tendência para que os indivíduos solteiros e,

principalmente, os divorciados, experienciem comportamentos de ciberstalking, apesar de ser necessário fazer uma análise com uma amostra que inclua mais pessoas divorciadas.

Para complementar a análise ao estado civil, é pertinente analisar também as diferenças significativas para a situação amorosa. Também nesta variável foi possível obter diferenças significativas para as quatro dimensões de ciberstalking, mas já não se nota uma tendência igual. No caso dos comportamentos de transferência para a vida real, as pessoas que têm relações ocasionais (M= 321.24) apresentaram uma média inferior do que as pessoas que têm uma relação (M= 343.84) e as pessoas que não têm uma relação (M= 421.10) apresentam a média mais elevada. Serão as pessoas que não têm atualmente uma relação as que são alvo mais frequente de comportamentos de ciberstalking que envolvem interação para além dos meios eletrónicos. A situação inverte-se para as três restantes dimensões de ciberstalking, onde se nota uma tendência para essas três variáveis. As pessoas que não têm atualmente uma relação registam as médias de comportamentos mais inferiores do que as pessoas que têm atualmente uma relação e as pessoas que têm relações ocasionais apresentam as médias mais elevadas, o que indica que as pessoas que mantêm relações ocasionais são um alvo mais frequente de assédio indesejado.

Por fim, também foram apuradas diferenças significativas em função do grau académico que os estudantes universitários se encontravam a frequentar. Neste caso, as diferenças foram registadas para a transferência para a vida real, nas quais os estudantes de mestrado (M= 321.24) apresentaram a média mais baixa, os alunos de

licenciatura (M= 343.84) apresentam uma média superior e os estudantes de doutoramento (M= 421.10) apresentam a média mais elevada. Isto indica que os alunos de doutoramento são um alvo mais frequente de comportamentos de cyberstalking que envolvem uma interação para além dos meios eletrónicos. Ainda assim, o número de alunos de doutoramento na amostra foi um número reduzido, pelo que seria pertinente interpretar estes resultados com uma amostra de mais alunos a frequentar este nível de ensino.

Sobre as estratégias de coping registadas pelos indivíduos que se consideraram vítimas de cyberstalking, é importante ter em conta as estratégias de coping usadas, bem como o tipo de estratégias que são utilizadas. As vítimas do presente estudo apresentaram uma tendência para apresentar estratégias de coping relacionadas com o evitar contactos com o *stalker* e negar ou minimizar os comportamentos do stalking. Segundo Nguyen, Spitzberg e Lee (2012), o evitar contacto com o *stalker* são estratégias de coping adequadas para lidar com esta forma de vitimação, com 68% das vítimas a recorrerem a formas de distanciamento do *stalker* e 62.3% a arranjar técnicas verbais de “escapatória”, que são dois tipos de resposta desta categoria. Estas estratégias terminam eficazmente o contacto e também o assédio mas podem condicionar a vítima sobretudo na sua rotina, dadas alterações que esta pode ter de fazer para que os contactos com o *stalker* não ocorram. Contudo, o ato de negar e minimizar os comportamentos do *stalker* constitui um problema para a vítima, pelo que este tipo de estratégias permite ao *stalker* continuar o assédio (Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2001). As estratégias mais usadas pelas vítimas são estratégias

de minimização ou negação, pelo que 79.5% das vítimas ignora o problema e 76.2% minimiza o problema na sua mente. O frequente recurso a este tipo de respostas permite também justificar a continuidade dos atos de cyberstalking, bem como o aumento da intensidade e frequência dos atos. O recurso às restantes estratégias de coping é mais reduzido, com as vítimas a apresentarem médias ponderadas de .29 comportamentos de negociação com o *stalker*, .20 na procura de apoio de terceiros e .13 no confronto. Destas estratégias, segundo Ferreira, Costa e Matos (2014), apenas a procura de apoio de terceiros se constitui como uma categoria adequada de estratégias para fazer face ao cyberstalking. Ao falar das categorias indesejadas, as vítimas apresentam uma baixa frequência de comportamentos de confronto, algo que é adequado, uma vez que o *stalker* pode também ser motivado pela retaliação pelo mal que a vítima lhe causa (Nguyen, Spitzberg & Lee, 2012; Tokunaga, 2007). Sobre a negociação com *stalker* já obtemos um paradigma diferente, com estratégias de negociação que não passam pelo evitar de contactos, o que fará com que o *stalker* continue em contacto com a vítima e a continue a assediar. Nesta categoria, algumas estratégias destacam-se, como o tentar terminar a relação (51.2%), uso da negociação para definir a sua relação (29.9%) ou o aceitar promessas (20.1%), dados que evidenciam o recurso a estratégias que não são eficazes em por término ao assédio e que podem levar o *stalker* a ganhar iniciativa para futuros encontros através de uma interpretação errada da situação (Cupach & Spitzberg, 2004; Tokunaga, 2007). Na categoria de procura de apoio de terceiros, são poucas as estratégias de coping adotadas, tais como a procura de apoio social (48%), a procura da aplicação da

justiça/lei (10.2%) e a procura de apoio independente/privado (4.5%). Estes valores indicam que as vítimas tendem a não recorrer ao apoio de terceiros e a optarem por não envolver outras pessoas. Apesar de o stalking não ser crime, um indicador que pode limitar o recurso à justiça, alguns dos comportamentos de cyberstalking são puníveis (Luz, 2012). Apesar disso, as vítimas podem beneficiar de instituições de apoio à vítima de forma a conseguirem obter o apoio e aconselhamento necessário para a sua situação e também não recorrem a essas instituições.

Conclusão

Com a presente investigação foi possível recolher dados sobre um fenómeno de vitimação recente, o cyberstalking. As tecnologias da informação e comunicação estão cada vez mais disseminadas e apresentam-se como instrumentos de comunicação úteis, mas que também permitem aos *stalkers* conseguirem assediar os seus alvos. Os estudantes universitários, população alvo do presente estudo, são um grupo que cada vez mais recorre aos meios eletrónicos de comunicação, o que os deixa também vulneráveis ao assédio indesejado através destas ferramentas. Junto desta população foi possível determinar características dos comportamentos de cyberstalking, a taxa de prevalência de vitimação, as características sociodemográficas das vítimas de cyberstalking e as estratégias de coping por si utilizadas.

Foi possível responder às três questões de estudo que deram base à investigação. A prevalência do cyberstalking na amostra dos estudantes universitários corresponde a uma taxa de 69.1%, ainda que 36.3% tenha autorrelatado a vitimação.

Os comportamentos de comportamentos que as vítimas mais experienciaram foram os comportamentos de hiperintimidade, seguindo-se os comportamentos de sabotagem, os comportamentos de ameaça e os menos frequentes, os comportamentos de transferência para a vida real.

As vítimas de cyberstalking usam com maior frequência, estratégias de coping que lhes permitem evitar contactos com o *stalker* e estratégias que visam o negar e minimizar dos comportamentos do *stalker*, estratégias que são tidas como adequadas e desadequadas respetivamente. Com menor frequência, recorrem a respostas que visam negociar com o *stalker*, procurar apoio junto de terceiros e, com a menor frequência, confrontar o *stalker*.

Segundo a estatística inferencial, as mulheres são alvos mais frequentes de comportamentos de hiperintimidade, as pessoas que vivem em regiões insulares são alvo de mais comportamentos de transferência para a vida real e de sabotagem, os divorciados experienciam mais comportamentos de cyberstalking do que os solteiros e os casados são alvos menos frequentes. Os alunos de doutoramento apresentam uma média mais elevada de comportamentos de transferência para a vida real do que os alunos de licenciatura e os alunos de mestrado registam a média mais baixa. São as pessoas que não mantêm atualmente uma relação que são alvo de mais comportamentos de transferência para a vida real, seguindo-se as que mantêm atualmente uma relação e as que mantêm relações ocasionais apresentam valores inferiores. Para os comportamentos de hiperintimidade, ameaça e sabotagem, as pessoas que mantêm relações ocasionais apresentam a maior exposição a estes

comportamentos, seguidos das pessoas que mantém atualmente uma relação e as pessoas que não mantém atualmente uma relação registam as médias mais reduzidas.

Estes resultados permitem-nos ter uma melhor perceção desta forma de violência, saber quais os comportamentos de cyberstalking mais frequentes, bem como quais as estratégias de coping a que as vítimas mais recorrem. Conhecer o tipo de estratégias de coping utilizadas permite identificar como lidam as vítimas com o cyberstalking, identificar se recorrem a respostas adequadas e elaborar planos de intervenção que visam aconselhar a vítima a usar de estratégias adequadas à sua situação e a por término ao assédio.

Quanto a limitações, apesar de contar com um número de estudantes universitários adequado, não foi possível obter uma distribuição adequada dos mesmos em função das variáveis sociodemográficas, pelo que seria pertinente obter uma amostra com mais alunos de doutoramento, mais indivíduos casados, divorciados e viúvos e mais indivíduos das várias faixas etárias, para que fosse possível elaborar uma estatística inferencial com recurso a testes paramétricos. Apesar da internet permitir uma divulgação prática do questionário, houve dificuldade em chegar aos estudantes universitários de alguns distritos.

Para investigações futuras, seria adequado analisar os resultados obtidos junto de adolescentes, dado o uso das tecnologias e vulnerabilidade desta população. Será também pertinente ter outras variáveis em conta numa futura investigação, nomeadamente o tipo de uso e frequência de uso das tecnologias de informação e comunicação, em função dos aparelhos usados e até do uso das redes sociais. Outras

variáveis a ter em conta são o impacto financeiro, existência de psicopatologias ou até as características da personalidade, características também pertinentes a ter em conta na elaboração de planos de intervenção junto de vítimas de cyberstalking.

Referências

- Alexy, E. M., Burgess, A. W., Baker, T., & Smoyak, S. A. (2005). Perceptions of cyberstalking among college students. *Brief treatment and crisis intervention*, 5, 279-289.
- Amar, A. F., & Alexy, E. M. (2010). Coping with stalking. *Issues in mental health nursing*, 31, 8-14. doi: 10.3109/01612840903225602.
- Ashcroft, J. (2001). *U.S. Attorney general report to congress: Stalking and domestic violence*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013). *Barómetro APAV INTERCAMPUS: Perceção da população portuguesa sobre stalking, cyberstalking, bullying e cyberbullying*. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/4_Barometro_APAV_Intercampus_Junho2013.pdf.
- Baum, K., Catalano, S., Rand, M., & Rose, K. (2009). *Stalking victimization in the United States – National crime victimization survey*. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics Special Report.
- Björklund, K., Häkkänen-Nyholm, H., Sheridan, L., & Roberts, K. (2010). The prevalence of stalking among Finnish university students. *Journal of interpersonal violence*, 25(4), 684-698. doi: 10.1177/0886260509334405.
- Bocij, P. (2002). Corporate cyberstalking: an invitation to build theory. *Peer-reviewed journal on the internet*, 7(11).
- Budd, T., Mattinson, J., & Myhill, A. (2000). *The extent & nature of stalking: Findings from the 1998 British crime survey*. Home office research study 210.
- Burgess, A. N., & Baker, T. (2002). Cyberstalking. In J. Boon, & L. Sheridan, *Stalking and psychosexual obsession: Psychological perspectives for prevention, policing and treatment* (pp. 201-219). Chichester, England: John Wiley & Sons, Ltd.
- Carvalho, C. (2010). *Ciberstalking: prevalência na população universitária da Universidade do Minho* (Tese de mestrado). Universidade do Minho, Portugal.

- Cheng, T., Mauno, S., & Lee, C. (2014). The buffering effect of coping strategies in the relationship between job insecurity and employee well-being. *Economic and industrial democracy*, 35(1), 71-94. doi: 10.1177/0143831X12463170.
- Crockett, L. J., Iturbide, M. I., Torres Stone, R. A., McGinley, M., Raffaelli, M., & Gustavo, C. (2007). Acculturative stress, social support, and coping: Relations to psychological adjustment among mexican american college students. *Cultural diversity and ethnic minority psychology*, 13(4), 347-355.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (1998). Obsessive relational intrusion and stalking. In B. H. Spitzberg & W. R. Cupach (Eds.), *The dark side of close relationships* (pp. 233-263). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2000). Obsessive relational intrusion: Incidence, perceived severity, and coping. *Violence and victims*, 15(4), 357-372.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2004). *The dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2008). "Thanks but no thanks...": The occurrence and management of unwanted relationship pursuit. In S. Sprecher, A. Wenzel, & J. Harvey (Eds.), *Handbook of relationship initiation* (pp. 409-424). New York: Taylor & Francis.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2011). *The dark side of close relationships II*. New York: Routledge.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2014). *The dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking* (2nd ed.). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Deutskens, E., de Ruyter, K., & Wetzels, M. (2006). An assessment of equivalence between online and mail surveys in service research. *Journal of service research*, 8(4), 346-355. doi: 10.1177/1094670506286323.
- Dressler, J. (2002). *Encyclopedia of crime & justice – volume 1* (2^a ed). USA: Macmillan Reference USA.
- Dutton, L. B., & Spitzberg, B. H. (2007). Stalking: Its nature and dynamics. In Kendall-Tackett, K., & Giaccamoni, S. (Eds.), *Intimate partner violence* (pp. 4-1 - 4-15). Kingston, NJ: Civic Research Institute.

- Ferreira, C., Costa, S., & Matos, M. (2014). Stalking: Como intervir com as vítimas? In M. Matos (Eds.), *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção* (pp. 73-86). Braga: Psiquilíbrios.
- Ferreira, C., & Matos, M. (2013). Violência doméstica e stalking pós-rutura: Dinâmicas, coping e impacto psicossocial na vítima. *Psicologia, XXVII*(2), 81-106.
- Finn, J. (2004). A survey of online harassment at a university campus. *Journal of interpersonal violence, 19*(4), 468-483. doi: 10.1177/0886260503262083.
- Fisher, B. S., Cullen, F. T., & Turner, M. G. (2000). *The sexual victimization of college women* (No. NCJ 182369). Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Fisher, B. S., Cullen, F. T., & Turner, M. G. (2002). Being pursued: Stalking victimization in a national study of college women. *Criminology and public policy, 1*, 257-308.
- Fox., K. A., Nobles, M. R., & Fisher, B. S. (2014). A multi-theoretical framework to assess gendered stalking victimization: The utility of self-control, social learning, and control balance theories. *Justice quarterly, 1*-29. doi: 10.1080/07418825.2014.902985.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2010). Stalking: Consensos e controvérsias. In C. Machado. *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 121-166). Braga: Psiquilíbrios edições.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2011). Da invisibilidade ao reconhecimento do stalking. In A. I. Sani. *Temas de vitimologia: Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp. 61-84). Coimbra: Almedina.
- Hensler-McGinnis, N. F. (2008). *Cyberstalking victimization: impact and coping responses in a national university sample*. USA: ProQuest.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias. Consultado online: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=133548146&DESTAQUESmodo=2 em 12/06/2013.
- Jutras, S. E., Edwards, K., & Sylaska, K. (2013). *Correlates of help-seeking following*

- stalking victimization: A study of college women* (Honors Thesis). University of New Hampshire: USA.
- Kennedy, M. A., & Taylor, M. A. (2010). Online harassment and victimization of college students. *Justice policy journal*, 7(1), 1-21.
- Lee, R. K. (1998). Romantic and electronic stalking in a college context. *William & mary journal of women and the law*, 4, 373-466.
- Logan, T. K., Shannon, L., Cole, J., & Swanberg, J. (2007). Partner stalking and implications for women's employment. *Journal of interpersonal violence*, 22(3), 268-291. doi: 10.1177/0886260506295380.
- Logan, T. K., & Walker, R. (2009). Partner stalking: Psychological dominance or "business as usual"? *Trauma, violence and abuse*, 10(3), 247-270. doi: 10.1177/1524838009334461.
- Luz, N. M. (2012). *Tipificação do crime de stalking no Código Penal português* (Tese de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Portugal.
- Lyndon, A., Bonds-Raacke, J., & Cratty, A. D. (2011). *College students' Facebook stalking of ex-partners*, 14(12), 711-716. doi: 10.1089/cyber.2010.0588.
- Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Stalking: Boas práticas no apoio à vítima – manual para profissionais*. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Madhyastha, S., Latha, K. S., & Kamath, A. (2014). Stress, coping and gender differences in third year medical students. *Journal of health management*, 16(2), 315-326. doi: 10.1177/0972063414526124.
- Maple, C., Short, E. & Brown, A. (2011). *Cyberstalking in the United Kingdom: An analysis of the ECHO pilot survey*. University of Bedfordshire, Inglaterra.
- Marlow, N. M., Simpson, K. N., Kazley, A. S., Balliet, W. E., Chavin, K. D., & Baliga, P. K. (2014). Variations in coping stages for individuals with chronic kidney disease: Results from na exploratory study with patient navigators. *Journal of Health Psychology*, 1-12. doi: 10.1177/1359105314551776.
- Ménard, K. S., & Pincus, A. L. (2012). Predicting overt and cyber stalking

- perpetration by male and female college students. *Journal of interpersonal violence*, 27(11), 2183-2207. doi: 10.1177/0886260511432144.
- McEwan, T. E., Mullen, P. E., & MacKenzie, R. (2009). A study of the predictors of persistence in stalking situations. *Law human behaviour*, 33, 149-158. doi: 10.1007/s10979-008-9141-0.
- McFarlane, L., & Bocij, P. (2003). An exploration of predatory behavior in cyberspace: Towards a typology of cyberstalkers. *First monday*, 8(9), 1-14. doi: <http://dx.doi.org/10.5210/fm.v8i9.1076>.
- Mechanic, M. B. (2002). Stalking victimization: clinical implications for assessment and intervention. In K. E. Davis, I. Hanson, & R. D. Maiuro (Eds.), *Stalking: perspectives on victims and perpetrators* (pp. 31-45). New York: Springer.
- Mullen, P., Pathé, M., & Purcell, R. (2001). Stalking: New constructions of human behaviour. *Australian and New Zealand journal of psychiatry*, 35, 9-16. doi: 10.1046/j.1440-1614.2001.00849.x.
- Nguyen, L. K., Spitzberg, B. H., & Lee, C. M. (2012). Coping with obsessive relational intrusion and stalking: The role of social support and coping strategies. *Violence and victims*, 27(3), 414-433. doi: 10.1891/0886-6709.27.3.414.
- Phillips, M. & Spitzberg, B. (2010). Speculating about spying on Myspace and beyond: Social network surveillance and obsessive relational intrusion. In K. Wright & L. Webb (Eds.), *Computer-mediated communication in personal relationships* (pp. 344-367). New York: Peter Lang.
- Pereira, F. & Matos, M. (2015). Cyberstalking entre adolescentes: Uma nova forma de assédio e perseguição? *Psicologia, saúde & doenças*. doi: <http://dx.doi.org/10.15309/15psd160207>.
- Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. E. (2001). A study of women who stalk. *American journal of psychiatry*, 158, 2056-2060.
- Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. E. (2010). Gender differences in stalking behavior among juveniles. *Journal of forensic psychiatry and penology*, 21, 558-568.
- Reyns, B. W. (2010). *Being pursued online: Extent and nature of cyberstalking*

- victimization from a lifestyle/routine activities perspective* (Tese de doutoramento). University of Cincinnati: USA.
- Sheridan, L. P., Blaauw, E., & Davies, G. M. (2003). Stalking: Knowns and unknowns. *Trauma, violence and abuse, 4*(2), 148-162. doi: 10.1177/1524838002250766.
- Skinner, E., Pitzer, J., & Steele, J. (2013). Coping as a part of motivational resilience in school: A multidimensional measure of families, allocations, and profiles of academic coping. *Educational and psychological measurement, 73*(5), 803-835. doi: 10.1177/0013164413485241.
- Southworth, C., Finn, J., Dawson, S., Fraser, C., & Tucker, S. (2007). Intimate partner violence, technology, and stalking. *Violence against women, 13*(8), 842-856. doi: 10.1177/1077801207302045.
- Spitzberg, B. H. (2002). The tactical topography of stalking victimization and management. *Trauma, violence and abuse, 3*(4), 261-288. doi: 10.1177/1524838002237330.
- Spitzberg, B. H. (2006). Preliminary development of a model and measure of computer-mediated communication (CMC) competence. *Journal of computer-mediated communication, 11*, 629-666. doi: 10.1111/j.1083-6101.2066.00030.x.
- Spitzberg, B. H., & Cupach, W. R. (2001). Paradoxes of pursuit: Toward a relational model of stalking related phenomena. In J. A. Davis (Ed.), *Stalking crimes and victim protection: Prevention, intervention, threat assessment, and case management* (p. 97-136). Boca Raton, FL: CRC Press.
- Spitzberg, B. H., & Cupach, W. R. (2003). What mad pursuit? Obsessive relational intrusion and stalking related phenomena. *Aggression and violent behavior, 8*, 345-375. doi: 10.1016/S1359-1789(02)00068-X.
- Spitzberg, B., & Cupach, W. R. (2007a). Cyberstalking as a (mis)matchmaking. In M. Whitty, A. Baker, J. Inman (Eds.). *Online matchmaking* (pp. 127-146). New York: Palgrave Macmillan.
- Spitzberg, B., & Cupach, W. R. (2007b). The state of the art of stalking: Taking stock of the emerging literature. *Aggression and violent behavior, 12*, 64-86. doi:

10.1016/j.avb.2006.05.001.

- Spitzberg, B. H., & Cupach, W. R. (2008). Managing unwanted pursuit. In M. T. Motley (Ed.). *Studies in applied interpersonal communication* (pp. 3-25). California: Sage Publications.
- Spitzberg, B. H., Cupach, W. R., Hannawa, A. F., & Crowley, J. P. (2014). A preliminary test of a relational goal pursuit theory of obsessive relational intrusion and stalking. *Studies in communication sciences*, 14(1), 29-36. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.scoms.2014.03.007>.
- Spitzberg, B., & Hoobler, G. (2002). Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism. *New media & society*, 4(1), 71-92.
- Teo, T. (2013). Online and paper-based survey data: Are they equivalent? *British journal of educational technology*, 44(6), 196-198. doi: 10.1111/bjet.12074.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (1998). *Stalking in america: findings from the national violence against women survey*. Washington, DC: National Institute of Justice, Centers for Disease Control and Prevention.
- Tokunaga, R. S. (2007). *Cyber-intrusions: Strategies of coping with online obsessive relational intrusion* (Tese de mestrado). University of Hawaii: USA.
- U.S. Attorney General (1999). *Cyberstalking: a new challenge for law enforcement and industry: a report from the Attorney General to the Vice President*. Obtido em: <http://www.justice.gov/opa/pr/1999/September/421ag.htm>.
- Vaz-Serra, A., Firmino, H., & Ramalheira, C. (1988). Estratégias de coping e de auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 9(4), 317-322.
- Working to Halt Online Abuse – WHOA (2011). *Cyberstalking statistics*. Retirado de: <http://www.haltabuse.org/resources/stats/2011Statistics.pdf>.
- Wykes, M. (2007). Constructing crime: Culture, stalking, celebrity and cyber. *Crime media culture*, 3(2), 158-174. doi: 10.1177/1741659007078541.

